

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XV

JULHO-SETEMBRO DE 1953

N.º 3

## O PROBLEMA DAS “FRENTES PIONEIRAS” NO ESTADO DO PARANÁ\*

LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES  
Geógrafo do C N G

O oeste do estado do Paraná abrange parte do imenso planalto basáltico do Brasil Meridional. Ao contrário do que acontece no vizinho estado de São Paulo, onde as eruptivas básicas, em grandes extensões, desaparecem sob sedimentos mais recentes, no Paraná pode-se falar, realmente, em um planalto basáltico cuja área corresponde a cerca de metade da área do estado, descambando para oeste em direção ao rio Paraná. Somente no extremo noroeste do estado é que o planalto apresenta uma cobertura de arenitos, que dá aos solos, e, conseqüentemente, à paisagem uma feição diferente.

A leste este planalto é limitado por uma escarpa elevada bastante íngreme, apenas interrompida pelas gargantas escavadas pelos grandes rios conseqüentes ao transpô-la. Apresenta-se, pois, como uma *cuesta* de enormes proporções. A escarpa do “terceiro planalto” (como é conhecido no Paraná) tem um traçado irregular, assemelhando-se — *grosso modo* — a um grande V cujo vértice se apóia no ponto em que é atravessada pelo rio Ivaí. Do vale do Itaraí até este ponto a escarpa tem uma direção aproximada do NE-SW; muda então de rumo e toma o sentido NNW-SSE.

No primeiro trecho é bastante descontínua, recortada por vários afluentes do Paranapanema que a atravessam. No segundo, ao contrário, a escarpa é uma verdadeira muralha contínua e alcantilada que somente se abre ao sul, na passagem escavada pelo rio Iguazu. Junto às gargantas abertas pelos rios Tibaji e Ivaí é que a borda do planalto se apresenta mais elevada, com um desnível da ordem de 730 e 700 metros respectivamente<sup>1</sup>.

Na parte central do estado, longe dos rios importantes, a altura relativa da escarpa é de, aproximadamente, 400 metros.

Alcançando suas maiores altitudes junto de seu limite oriental, o planalto apresenta em conjunto um nível superior ondulado que descamba suavemente

\* O presente artigo foi preparado como parte do programa do “Atlas da Colonização no Paraná” idealizado pelo Prof. LEO WAIBEL cuja orientação o autor procurou seguir, aproveitando-se dos ensinamentos resultantes de seu contacto pessoal quer no campo, quer nos “Seminários sobre Colonização”, realizados sob sua direção na Divisão de Geografia de 1948 a 1950. Escrito para figurar numa série que englobaria trabalhos sobre relevo, vegetação, clima, utilização da terra, evolução das vias de comunicação, etc., este artigo se limita ao problema do povoamento em si, não tendo sido possível ao autor estender-se sobre o quadro físico no qual se desenrola o avanço pioneiro, nem sobre a maneira pela qual o povoador utiliza o solo e estabelece sua vida de pioneiro.

<sup>1</sup> Vide R. MAACK, “Breves notícias sobre a geologia dos estados do Paraná e Santa Catarina” *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, vol. II — Curitiba — 1947, pp. 67 a 154.

em direção ao rio Paraná. De 1 200 metros, a leste junto a Guarapuava, perde altitude gradativamente até 200 metros em Pôito Britânia, junto ao rio Paraná que aí corre encaixado cêrca de 100 metros

O terceiro planalto, contudo, está longe de ser topogrâficamente uniforme. Grandes rios, como o Ivaí e o Iguaçu de traçado conseqüente e ainda outro, o Piquiri, que nasce perto de sua borda, entalham-no profundamente. Em consequência, aspectos diversos, quase opostos se apresentam; de um lado, grandes extensões de relêvo suave, com largos espigões e cabeceiras amplas, formando o nível superior inclinado para o rio Paraná, de outro os vales ou a mais ou a menos encaixados dos afluentes e subafluentes dêste rio. Devido à estrutura sub-horizantal êstes vales têm, freqüentemente, uma forma em V acentuado, originando pequenas escarpas no interior do planalto (rio Iguaçu) ou, quando mais suaves, grandes patamares escalonados (rio Ivaí)

Em função dêste relêvo, a penetração e as comunicações têm-se feito espontâneamente seguindo os espigões divisores ou, nas proximidades dos mesmos, cortando as zonas das cabeceiras. A circulação transversal aos grandes vales é difícil, na maior parte dos casos, e apenas tem sido mantida muitas vêzes por sua extrema necessidade.

Os grandes afluentes do rio Paraná, o Ivaí e o Iguaçu, seccionam o terceiro planalto paranaense em três partes: o norte do Paraná, a zona de Guarapuava e a de Palmas. A primeira delas, sobretudo, difere profundamente das demais, em função de condições físicas peculiares que condicionaram um povoamento e uma economia distintos. As outras duas, embora separadas pelo vale do Iguaçu apresentam características semelhantes, tanto no seu aspecto físico como na evolução de seu povoamento.

Constituindo, dêste modo, dois meios diversos, cujo povoamento se processou de maneira completamente distinta justifica-se que o norte e o oeste do estado sejam tratados separadamente.

Um retrospecto sôbre a evolução do povoamento no terceiro planalto é essencial para a compreensão das zonas pioneiras atuais e do traçado das "frentes" pioneiras. De fato, a faixa ou linha que limitaria as regiões ainda virgens e aquelas em que o desbravamento e o povoamento se estão processando avançou no oeste do Paraná de maneira irregular desde as primeiras fundações até nossos dias.

Esta expansão do povoamento para oeste em direção do rio Paraná não se processou progressiva e regularmente desde a fronteira paulista, ao norte, até os limites de Santa Catarina. Por um lado, pode-se adiantar que não houve em época nenhuma uma "frente" contínua, separando as áreas em desbravamento do sertão deserto. Há, mesmo, zonas em que até hoje não se registrou um avanço do povoamento que possa ser caracterizado como realmente pioneiro. Cabe aqui lembrar que a simples penetração de indivíduos isolados adiante das zonas regularmente povoadas não pode ser considerada como o avanço pioneiro. Na verdade, as áreas povoadas esparsamente por agricultores nômades desbravadores da floresta que poucas relações mantêm com a mata-guarda, não são realmente zonas pioneiras. A existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área derrubada, um afluxo regular de popu-

lação proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades.

Nem sempre, não há dúvida, se pode traçar com exatidão o limite dessa zona pioneira não sendo possível reconhecer na paisagem a "frente" onde se desenrola a batalha diária do homem com a floresta. É preciso salientar que esta frente pioneira não corresponde com freqüência ao limite do povoamento. Há casos, não há dúvida, em que o povoamento se expande sobre uma zona ainda indevassada ou, pelo menos ainda totalmente despovoada e então a frente pioneira corresponde realmente à fronteira do povoamento. É mais freqüente no entanto o avanço pioneiro se processar em uma região já povoada por elementos dispersos, agricultores nômades, ou mesmo criadores de gado que precedem o povoamento regular. Neste caso, a fronteira do povoamento não corresponde a uma "frente" pioneira e nem mesmo se pode considerar como zonas pioneiras as áreas ocupadas por estes elementos isolados.

### A PENETRAÇÃO NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

É no oeste e no sudoeste do estado, nas zonas de Palmas e Guarapuava que o 3.<sup>o</sup> planalto apresenta suas maiores altitudes, 1 100 metros em média <sup>2</sup> Em suas partes mais elevadas o planalto triássico era recoberto originariamente por extensões enormes de pinheirais, interrompidos apenas por manchas de campos (foto 1) situadas a poucas dezenas de quilômetros da escarpa oriental, enquanto a mata latifoliada subtropical ocupa os vales mais profundos e os espigões mais baixos que se estendem, para oeste, até o rio Paraná <sup>3</sup>.

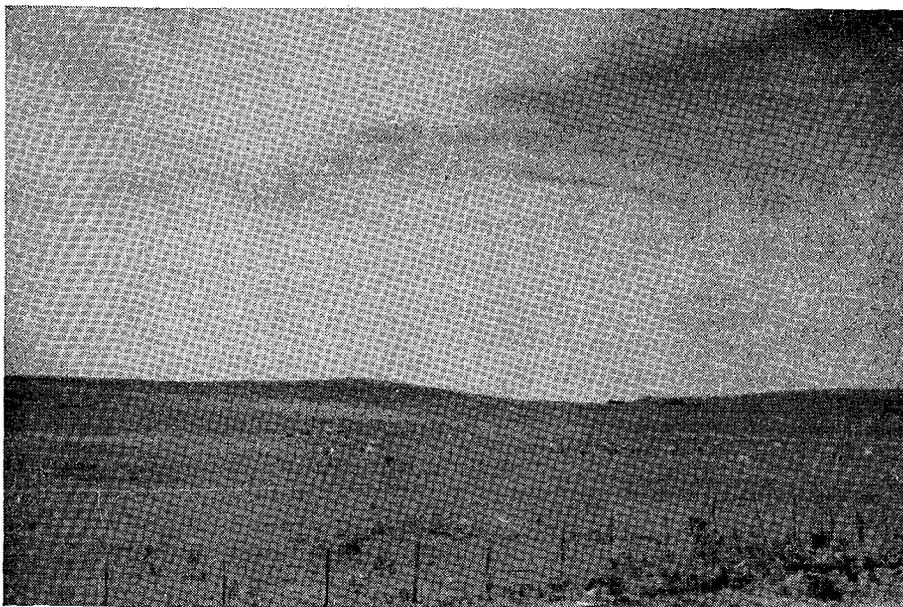


Foto 1 — *Aspecto dos campos de Palmas, de topografia muito suave. Ainda na região a atividade tradicional, a criação de gado, iniciada em meados do século XIX*  
(Foto NILO BERNARDES, fevereiro 1949)

<sup>2</sup> Palmas 1 175 metros (1 117 segundo R MAACK) Guarapuava 1 120 metros

<sup>3</sup> Sobre a distribuição dos tipos de vegetação vide: "Notas preliminares sobre o clima, os solos e a vegetação do estado do Paraná", de REINHARD MAACK *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, vol. III, 1948

### Início do povoamento do 3.<sup>o</sup> planalto

Foi nas duas manchas de campo da parte sudeste do 3.<sup>o</sup> planalto que se iniciou seu povoamento. Recobrimdo extensões de topografia levemente ondulada, êstes campos são cortados por vales largos e suaves nos fundos dos quais aparecem pequenos capões e matas-galerias. A fundação de Guarapuava, (foto 2) situada no campo, em uma cabeceira ampla, foi realizada por iniciativa do govêrno da capitania de São Paulo em 1819<sup>4</sup>. O território era ocupado por índios bravios e as bandeiras vindas do segundo planalto só em uma segunda tentativa conseguiram estabelecer definitivamente o povoado. Efetivada a fundação, desde logo os campos foram sendo divididos pela concessão de numerosas sesmarias onde se estabeleceram grandes fazendas de criação de gado, a atividade que caracterizava a então comarca de Curitiba, onde somente os campos eram povoados e aproveitados<sup>5</sup>.

Ainda hoje é a criação extensiva de gado a atividade principal em tôda esta área de campos conhecidos como campos de Guarapuava (foto 3)



Foto 2 — Vista da cidade de Guarapuava, a mais antiga do terceiro planalto paranaense. Observa-se a diversidade dos tipos de habitações, testemunhando a mistura de raças que hoje se opera na velha cidade fundada pelos criadores paulistas.  
(Fototeca do CNG)

Como conseqüência dêste gênero de vida essencialmente pastoril que caracterizava a ocupação luso-brasileira no planalto paranaense, permaneceram desocupadas por longos anos as áreas de mata ainda virgem que confinam

<sup>4</sup> O local para a povoação foi escolhido pelo Pe CHAGAS LIMA, encarregado da catequese, logo na borda do campo, a apenas 30 quilômetros da escarpa oriental do 3.<sup>o</sup> planalto.

<sup>5</sup> Quando de sua elevação a vila, Guarapuava possuía 510 fogos, distribuídos em 12 ruas. Sua população era de 2 520 habitantes. EURICO BRANCO RIBEIRO: "Esbôço da História do Oeste do Paraná" Diretório Regional de Geografia. Publicação n.<sup>o</sup> 1 — Curitiba.

com os campos de Guarapuava, separando-os dos Campos Gerais<sup>6</sup>. Não se pode, pois, considerar a fundação de Guarapuava como o primeiro avanço da frente pioneira no terceiro planalto, pois só no fim do século foi iniciada a colonização da faixa de mata que se estende até a base da escarpa, justamente com o intuito de garantir o acesso a Guarapuava: grande colônia federal, cujo principal núcleo era Prudentópolis, 1896. Antes desta data, somente algumas invernadas tinham sido estabelecidas nesta zona de matas para o gado que descia dos campos de Guarapuava. O mesmo se deu em relação a Palmas —

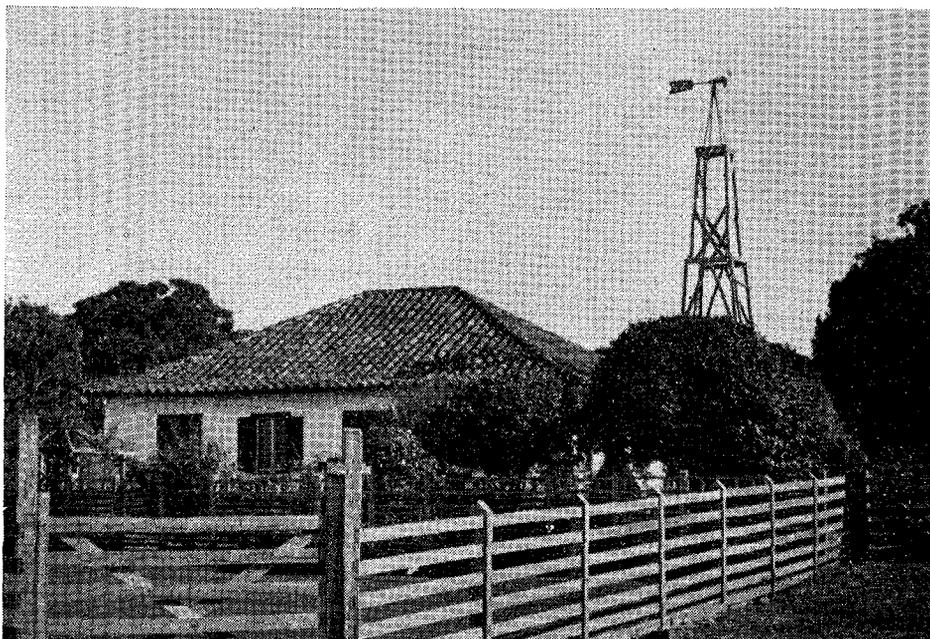


Foto 3 — Fazenda de criação nos campos de Guarapuava. A casa de construção já bem antiga revela a origem luso-brasileira dos criadores.

(Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)

fundada em 1840 por fazendeiros de gado vindos de Guarapuava e União da Vitória — e também a Clevelândia (altitude de 975 metros), pouco mais recente, ambas situadas nos campos do planalto ao sul do Iguaçu (foto 4). Permaneceriam por longo tempo, como Guarapuava, separadas das zonas povoadas de leste por uma extensa região virgem, apenas atravessada por uma picada aberta em 1842. A colonização destas matas só teve início em 1896, com a criação da colônia General Carneiro, fundada pelo governo federal com imigrantes poloneses<sup>7</sup>. Sobre esta zona situada entre Palmas e União da Vitória assim se expressa um documento da época: “Em 1897, a estrada dava trânsito a carroças até a colônia Jangada (General Carneiro). Daí em diante, até a

<sup>6</sup> Denominação genérica dada aos campos do 2º planalto ocupados por fazendas de gado, por onde passava a estrada de gado Viamão-Sorocaba.

<sup>7</sup> A parte desta colônia atualmente compreendida no estado do Paraná compõe-se de 139 lotes, com área de 20 a 30 ha. A maioria dos colonos aí estabelecidos abandonou suas terras em busca de atividades mais compensadoras e, apesar da fertilidade do solo, a área cultivada era apenas de 240 ha em 1941, destinando-se a produção somente ao consumo local. Nesta data, apenas 61 lotes estavam ocupados, os outros desocupados ou abandonados (Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná: Cadastro das colônias da 6ª Inspeção, organizado pelo Departamento de Terras e Colonização Curitiba, 1941).

saída dos campos palmenses, a picada era simplesmente horível: serras, peraus, desfiladeiros tremendos, caldeirões escondidos por extensos taquarais atás de cuja ramagem os índios faziam emboscadas atacando o incauto viajero”<sup>8</sup>



Foto 4 — Rua da cidade de Palmas, vendo-se no primeiro plano um fazendeiro de bombachas, poncho e chapéu de abas largas.  
(Foto WALTER EGLER, fevereiro 1949)



Foto 5 — Vila de Cruz Machado, sede da colônia federal povoada por alemães, no vale do Iguçu, em terrenos por demais acidentados (Fototeca do CNG)

<sup>8</sup> ERMELINO LEÃO, citado por CLETO DA SILVA: *Apontamentos históricos de União da Vitória* 25 pp c/ilust Curitiba, s/data

Este testemunho prova convincentemente o isolamento quase absoluto em que permaneceram, até o final do século, as primeiras fundações do terceiro planalto.

Aliás, este isolamento dos núcleos coloniais, que tem sido até hoje uma das principais causas da estagnação ou decadência dos mesmos, também é grandemente responsável pelo insucesso da colonização em Cruz Machado (altitude 850 metros). Este núcleo, fundado pelo governo federal em 1912, situa-se nas encostas profundamente dissecadas do vale do Iguaçu, não longe de União da Vitória (foto 5).

Situada no município de União da Vitória, à margem direita do Iguaçu, entre este e o seu afluente rio das Areias, abrange a colônia Cruz Machado uma área de 71 342 ha. Povoada de início por poloneses, para aí foram encaminhados, posteriormente, imigrantes alemães e descendentes de antigos colonos da mesma origem, do Rio Grande do Sul. Muitos colonos, desanimados com as dificuldades encontradas, retiraram-se para outras regiões.

### Expansão do povoamento no oeste

Foi destes dois centros, Guarapuava e Palmas, que o povoamento progrediu para oeste, agora com bases na agricultura, mas sempre de maneira irregular ou por núcleos isolados, o que nos impede de reconhecer o avanço de uma frente pioneira. Esta expansão se fez de três maneiras distintas: a iniciativa oficial, a particular e a ocupação espontânea de terras devolutas ou particulares deixadas em abandono.

Ocupados os campos de Guarapuava e Palmas, bem como as pequenas manchas de campo de Clevelândia, Campo Erê, Xagu, (Laranjeiras) preocupou-se o governo federal em efetivar a ocupação da vasta região florestal que se estendia a oeste, até o rio Paraná. As colônias militares "Xopim" e "Foz do Iguaçu" foram fundadas, respectivamente, em 1882 e 1888, com elementos nacionais, tendo em vista garantir a posse do território em face da questão de limites com a República Argentina<sup>9</sup>.

A colônia Xopim (altitude de 700 metros) foi localizada em região desconhecida e inculta ocupada por matas de pinheiros, a meio caminho entre os campos de Palmas e Guarapuava, já ocupados por famílias nacionais e onde se fazia sentir a necessidade de proteção militar. Destinava-se igualmente à proteção dos habitantes destes campos contra as incursões de índios hostis<sup>10</sup>. Embora tivessem sido abertas as primeiras picadas para Palmas e Guarapuava, permaneceram os colonos em absoluto isolamento, sem quase nenhum contacto com a civilização, o que impediu o desenvolvimento do núcleo inicial que não progrediu além de simples posto militar, em nada tendo contribuído para a expansão do povoamento no oeste. Muitos colonos ou seus filhos depois de alguns anos de exploração desordenada, abandonaram seus lotes em procura de terras devolutas mais ricas ou em situação mais favorável.

<sup>9</sup> Sua criação foi determinada pelo decreto n.º 2 002, de 16 de novembro de 1859. Por este decreto, cada uma das colônias a serem fundadas em local a ser designado mais tarde, teriam, além do comandante, um oficial do Exército e 50 praças de pré às quais seriam dadas terra, casas e ferramentas para a lavoura.

<sup>10</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo presidente JOSÉ FRANCISCO CARDOSO, 1860.

A legalização da posse efetiva foi morosa e incompleta e somente nos últimos vinte anos procurou o estado regularizar a situação das famílias de nacionais aí instaladas que reclamavam seus direitos comprovados pela "morada habitual e cultura efetiva"<sup>11</sup>. Novos núcleos coloniais foram fundados nos arredores da ex-colônia militar de Xopim — núcleos Jacutinga, Barro Preto, Covó, Mato Branco, Passa Quatro e Retiro do Pinhal — cujo povoamento se realizou com rapidez. Desde 1941 se acham estes núcleos ocupados por famílias de nacionais vindas do antigo contestado, onde não tinham propriedade territorial nem facilidade para sua aquisição, e do Rio Grande do Sul, onde a falta de terras nas antigas colônias não permite a expansão reclamada pelo aumento natural do número de famílias aí existentes. Pouco têm progredido no entanto, devido, sobretudo à falta de meios de transporte com os centros consumidores, fato assinalado pelo próprio Cadastro da 6.<sup>a</sup> Inspeção de Terras do D T C em 1941.

Em 1888, por ordem do governo imperial foi aberta uma picada, ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu. A fundação da colônia (altitude aproximada de 250 metros) pouco ou nenhuma influência teve no povoamento da faixa ribeirinha do Paraná, já então ocupada, dispersamente, por elementos de várias origens<sup>12</sup>. A colônia de Foz do Iguaçu não somente não resultou do avanço de uma frente pioneira, como também não influenciou, diretamente, na expansão do povoamento no oeste. Todavia, se isto é verdade, não se pode deixar de realçar o importante papel representado pela picada então aberta como via de penetração, logo aproveitada por uma população semi-nômade, sempre à procura de terras a desbravar.



Foto 6 — Aspecto parcial da sede da colônia Pato Branco, município de Clevelândia (Foto WALTER EGLER, fevereiro 1949)

<sup>11</sup> Em cumprimento à portaria n.º 180, de 30 de junho de 1931

<sup>12</sup> Entre as barras dos rios Iguaçu e Ocoi, havia, por ocasião da criação da colônia 324 moradores, sendo 188 paraguaios, 96 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês. Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura: Cadastro das colônias do Departamento de Terras e Colonização 6.<sup>a</sup> Inspeção Curitiba, 1941

Com o início da Grande Guerra (1914), responsável pela interrupção da corrente imigratória e também, em vista da criação do Ministério da Agricultura, cujas atribuições compreendiam a fundação de núcleos coloniais e a introdução de imigrantes, foi interrompida a colonização oficial pelo governo do estado

Depois desta data, somente uma colônia foi fundada, em 1918 (Decreto n.º 382, de 7/5/1918): a colônia de nacionais "Bom Retiro", atual Pato Branco. Situa-se esta colônia em uma zona de solos profundos e férteis na vertente da margem esquerda do rio Xopim, à altitude aproximada de 960 metros, entre os rios Pato Branco e Vitorinó, 50 quilômetros a oeste de Clevelândia. Destinava-se à fixação de elementos nacionais que, vindos da região do ex-contestado do sul procuravam estabelecer-se em território paranaense<sup>13</sup>

Numerosos obstáculos dificultavam de início o desenvolvimento deste núcleo salientando-se a dificuldade de comunicações e a enorme distância dos mercados consumidores.

Estas dificuldades, acrescidas pelas perturbações advindas da ocupação da região pelos revoltosos de 1924, impediram a boa execução dos trabalhos de loteamento, ocasionando uma instabilidade muito grande e a ocupação desordenada de parte da área da colônia que permaneceu, assim, por longos anos, em estado de estagnação.

Tôdas estas tentativas de estender o povoamento para oeste, se caracterizaram, pode-se dizer, por seu artificialismo. Não decorriam da necessidade de regularizar a ocupação de uma zona alcançada pela onda povoadora, ou, simplesmente, situada no limite entre as zonas povoada e a povoar. Eram fundações isoladas, sempre afastadas das áreas povoadas e dos centros consumidores, fundações prematuras que a não ser no caso de Guarapuava e Palmas não se explicavam nem por condições econômicas nem por condições naturais especiais e sim, pelo desejo de administradores de forçar o avanço do povoamento em direção ao Paraná

A êsse período caracterizado pela colonização oficial, diretamente dirigida pelo governo, sucedeu o da concessão pelo estado, de grandes extensões de terras a particulares que se comprometiam a colonizá-las<sup>14</sup>. Não possuindo verbas para colonização, o governo estadual procurou, desta maneira, estimular êstes serviços e as condições fáceis em que se faziam os contratos atraíam desde logo numerosos interessados. Inúmeras concessões foram feitas no oeste do estado, mas poucos foram os resultados obtidos, permanecendo inaproveitadas e sem dono extensas áreas, invadidas mais tarde por intrusos que aí estabeleciam suas roças. Na maioria dos casos, no oeste do estado, as emprêsas beneficiadas por estas concessões nenhuma iniciativa tomaram no sentido de colonizá-las, esperando, talvez, uma valorização maior ou um melhoramento nas comunicações que tornasse viável, do ponto de vista econômico, tal empreendimento.

Muitas concessões permaneceram inexploradas até os últimos anos (vide mapa) como é o caso das enormes glebas concedidas à E. F. São Paulo-

<sup>13</sup> Cadastro da 6ª Inspetoria

<sup>14</sup> Estas concessões foram feitas na conformidade da lei de 5 de abril de 1916, revogada em 1922

-Rio Grande no vale do Iguazu (Andradas, Rio das Cobras, Xopim e Xopinzinho), as de Silva Jardim e Miguel Mate à margem direita deste mesmo rio. Outros casos houve em que as empresas empenharam sua atividade na exploração de madeiras ou de erva-mate em grande escala, como nos terrenos da Cia. Mate Laranjeira (que apenas colonizou uma pequena área), da Cia. de Madeiras Alto Paraná, e, também, nas concessões Lopei, Pinhal Ralo e São Domingos, de exploração mais recente.

Na gleba denominada Fazenda Britânia de propriedade da antiga Cia. de Madeiras Alto Paraná (251 439 ha), com sede em Buenos Aires, segundo informações prestadas por um dos diretores da firma atual proprietária, fôra iniciada uma exploração tipo *plantation* com plantações de eivais e também de laranjais. Todavia, as dificuldades encontradas, acrescidas pela destruição advinda da ocupação pela "coluna Prestes" que aí teve por algum tempo seu quartel general, levaram à falência o empreendimento. Nos últimos quatro anos se iniciou uma nova fase na colonização desta gleba, cuja propriedade passou à Cia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná, constituída com capitais nacionais, em sua maior parte riograndenses.

De tôdas as concessões feitas pelo estado no extremo oeste, somente uma realizou realmente uma obra colonizadora, mesmo assim limitada, dadas as dificuldades que obstaram sua realização. Trata-se da gleba concedida a Meyer, Anes e Cia. Ltda., que abrangia, cêrca de 246 000 ha, onde foram planejados três núcleos coloniais, dois à margem do Paraná, "Sol de Maio" e "Santa Helena" e um mais para o interior, no vale do rio São Francisco, ligado aos dois primeiros por rodovia. Nos dois primeiros, que gozavam de facilidade de comunicações pelo rio Paraná, foram-se instalar numerosos colonos, principalmente descendentes de alemães e italianos do Rio Grande do Sul e sua população ainda é bastante numerosa.

O terceiro núcleo, prejudicado por seu isolamento, não teve a mesma sorte e não chegou a ser ocupado. Revertendo a concessão ao govêrno em 1934<sup>15</sup>, por não terem sido cumpridas as condições estipuladas no contrato, foram interrompidos os trabalhos de colonização. Outro projeto também não realizado visava à colonização de uma das concessões feitas a Miguel Mate, na margem direita do Iguazu, entre os arroios São João e Tamanduá<sup>16</sup>, onde foi planejado um núcleo colonial formado por 106 lotes, numa área total de 6 538 ha<sup>17</sup>.

Mais a leste, em regiões de acesso mais fácil, não muito afastadas de Guaruapuava ou de Palmas foram fundadas algumas colônias particulares, gozando, portanto, de maior facilidade de comunicações, embora relativa.

Nas matas de pinheiros que circundam os campos de Guaruapuava vários pequenos núcleos foram fundados, entre os quais: "Algodoeiro", no distrito de Candoí, ocupado por poloneses e ucranios; o núcleo "Jordão", fundado no alto vale deste rio por iniciativa municipal (altitude de 1 000 a

<sup>15</sup> Decreto n° 1 678, de 17 de julho de 1934

<sup>16</sup> Contrato assinado a 13 de setembro de 1919

<sup>17</sup> Também esta concessão reverteu para o domínio do estado pelo decreto n° 7 060, de 4 de janeiro de 1939

1 100 metros) e povoado por italianos, ucranios, poloneses e nacionais; a colônia "Jagoda" (63 007 ha) situada no terreno Rio das Cobras, cujo loteamento foi iniciado pela Cia. Colonizadora e Mercantil Paranaense Ltda. (uma área de 14 894 ha já se achava medida em 1940, tendo começado sua ocupação) e a colônia "Wirmond" ou "Cel. Queirós", iniciada por volta de 1920 pelo coronel QUEIRÓS e continuada por LADISLAU RADESKY, que aí instalou elementos de origem polonesa (altitude de 980 metros).

No município de Palmas, à margem esquerda do rio Iguaçu, foi organizada a colônia "Santa Bárbara", formada por quatro núcleos, abrangendo um total de 5 500 lotes. Aí se instalaram colonos em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes italianos.

Alguns dados referentes a esta colônia<sup>18</sup> obtidos em relatórios da Secretaria Geral do Estado confirmam o êxito deste empreendimento, realizado pela Empresa Colonizadora Santa Bárbara Ltda., que em 1937 já havia concluído os trabalhos de colonização<sup>19</sup>. A maior parte desta colônia, no entanto, abrange terrenos muito dissecados pelo rio Iguaçu.

Da fundação de tôdas essas colônias oficiais ou particulares, não resultou um povoamento regular e, na maior parte dos casos, permanente. Houve a formação de numerosos pequenos núcleos esparsos, situados a grandes distâncias dos mercados e a eles ligados, muitas vêzes, por picadas e caminhos apenas carroçáveis. Além deste fator desfavorável, também devem ser mencionadas



Foto 7 — Fabricação de fumo na colônia Santa Bárbara povoada por colonos em sua maioria descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul (Fototeca do CNG)

<sup>18</sup> Em 1925 já haviam sido demarcados 1 750 lotes de 10 alqueires e 73 famílias de colonos aí se tinham instalado. A sede possuía então 31 casas, capela e 3 casas comerciais. As comunicações eram feitas com Pôrto Almeida e União da Vitória por uma estrada em construção pela qual era exportado o fumo em corda produzido na colônia (480 arrôbas em 1925) segundo o relatório da Secretaria Geral do Estado, apresentado por ALCIDES MUNHOZ em 1926. Já possuíam então engenho de cana e, como nos informa ROMÁRIO MARTINS em *Quantos somos e quem somos*, em 1928 os colonos receberam do estado um moinho de trigo.

<sup>19</sup> Relatório do diretor do Departamento de Terras e Colonização em 1937.

outras dificuldades decorrentes da insalubridade de alguns destes sítios (caso das colônias de Meyer, Anes e Cia), da falta de auxílio técnico e financeiro aos colonos, etc.

Em vista destas circunstâncias esses núcleos coloniais, em sua maioria, não puderam progredir. Muitos dentre eles, quase todos mesmo, não evoluíram além de uma agricultura primitiva, cultivando os colonos para sua subsistência e vendendo apenas porcos, criados à solta. Apenas algumas destas colônias, como a de Santa Bárbara e, recentemente, a colônia Queirós ou Wilmund, apresentam um estágio mais elevado em que, além dos suínos, outros produtos como o fumo ou o trigo têm interesse comercial (foto 7).

Enquanto isto, outros núcleos desapareceram, mesmo, completamente, e deles não se encontra menção nas cartas atuais, nem mesmo nos mapas municipais onde são representadas as fazendas e os menores agrupamentos de casas. Foram abandonados pelos colonos em vista das dificuldades encontradas, decorrentes principalmente de seu isolamento em plena mata e da grande distância dos mercados onde poderiam colocar seus produtos. Em sua maioria esses colonos, tendo adotado o sistema primitivo de agricultura usado pelos caboclos, ateavam fogo à mata para aí realizar suas roças, vindo a abandonar seus lotes quando, depois de alguns anos desta prática imprevidente, já não alcançavam os mesmos resultados. Embrenhavam-se, então, mais adiante na floresta, em busca de novas terras virgens, originando um povoamento extremamente disperso.

Assim se processou e se processa ainda o desbravamento da maior parte do oeste paranaense, com a localização espontânea e isolada de colonos semi-nômades, predominantemente nacionais, desinteressados da legalização das terras que clandestinamente ocupam. Esta ocupação desordenada e prejudicial, faz-se sempre acompanhar pela devastação impiedosa das reservas de mata e pela depauperação e empobrecimento dos solos outrora ferazes.

Esta penetração de pioneiros isolados, foi, é verdade, grandemente facilitada pela existência das picadas que ligavam os núcleos principais já povoados. Foi por ocasião da extensão da linha telegráfica até Foz do Iguaçu, no começo do século atual, que progrediu a devastação ao longo da picada que partia de Guarapuava. Da população semi-nômade que aí então se estabeleceu, permaneceram alguns elementos esparsos, concentrando-se outros nos pequenos povoados como Catanduvas. Quem viaja no oeste do Paraná não pode deixar de se impressionar pelas enormes extensões de matas destruídas pelas queimadas sem limites, ateadas repetidamente por estes intrusos.

Ao lado do problema criado por esta invasão espontânea e isolada de tratos de terra por colonos e caboclos que aí estabeleciam suas roças, tomou vulto, também nos últimos 20 anos a apropriação indébita de glebas devolutas ou particulares pelo processo conhecido pela denominação de "grilo", já consagrada nas zonas pioneiras do estado de São Paulo, refletindo a valorização recente das terras. Consiste esse processo na usurpação de vastos territórios mediante golpes de audácia e falsos documentos, empregados para provar direitos imemoriais inexistentes.<sup>20</sup> Surgiram no Paraná numerosos "grilos", mor-

<sup>20</sup> Tão grande importância tomou o grilo, dada a extraordinária astúcia dos "grileiros" que hoje em dia é uma verdadeira instituição. Escrevendo sobre o assunto em *Onda Verde*, MONTEIRO LOBATO descreve-nos de maneira magistral este processo de apropriação de terras.

mente no vastíssimo município de Guarapuava, perfazendo os mais conhecidos o total de 5 600 000 hectares<sup>21</sup>, tendo o govêrno do estado despendido ingentes esforços a fim de sustar esta apropriação indébita de suas terras<sup>22</sup>

Em vista disso, apesar do caráter pioneiro que até hoje distingue o oeste do Paraná, não se pode reconhecer, em tôda esta vasta região, o avanço regular do povoamento provocando o deslocamento de uma frente pioneira contínua. Não houve uma frente, mas vários pequenos núcleos pioneiros. Assim, a penetração já atingira Foz do Iguaçu quando os imigrantes ucrainos de Prudentópolis começaram a devastar a mata virgem do alto Ivaí, fazendo avançar em direção dêste rio uma verdadeira frente pioneira. O mesmo se deu em relação a cada um dos outros núcleos fundados, espontâneamente ou não, a partir de Palmas e Guarapuava, bem como a partir das margens do Paraná, onde a exploração da erva-mate e das madeiras foi o móvel da penetração que aí apenas se esboçou.

Ao lado dos pequenos núcleos isolados e das extensas áreas exploradas indevidamente, permaneceram de pé grandes reservas de mata, especialmente nos vales dos rios Iguaçu, Piquiri e Ivaí e seus principais afluentes

### Zonas pioneiras atuais

Como foi visto acima, a localização desordenada e espontânea de elementos isolados, com a conseqüente devastação das matas e empobrecimento do solo não favoreceu a formação de uma faixa pioneira contínua, avançando progressivamente para oeste. Aliás o próprio govêrno, concedendo glebas esparsas em uma enorme área desprovida de vias de comunicação, também contribuiu para êste resultado.

Se, bem ou mal, o povoamento progrediu, isto se deu em núcleos isolados, incompletamente povoados, podendo-se dizer que, neste tipo de ocupação não se reconhecem as características de uma faixa pioneira cujo avanço, embora irregular e aparentemente confuso, é mais o resultado de causas econômicas do que a decorrência de iniciativas isoladas do govêrno ou de particulares

As regiões assim desbravadas continuaram a manter um caráter essencialmente pioneiro, mesmo depois de passadas várias dezenas de anos de sua ocupação. Econômicamente, trata-se de uma exploração pioneira, baseada nas roças, realizadas por entre os troncos enegrecidos das grandes árvores, e na criação de suínos. A falta de boas estradas e o primitivismo da vida dêsses agricultores isolados completam êsse quadro que, embora possua caracteres de pioneirismo mantém-se o mesmo há vinte anos ou mais. Houve no oeste do Paraná, como que uma estagnação dentro de um estágio pioneiro.

No sudoeste do estado, a colônia de nacionais Bom Retiro (atual Pato Branco) permaneceu, por longos anos, como a ex-colônia militar de Xopim, neste estado de estagnação. Como já foi assinalado, o desenvolvimento da colônia foi grandemente prejudicado pela escassez dos meios de comunicação com os mercados, por demais afastados, aliada à desorganização dos serviços de demarcação e loteamento. Aí se instalaram a princípio numerosos caboclos, que

<sup>21</sup> OTHON MADER — Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná, 1933

<sup>22</sup> O relatório do Departamento de Terras e Colonização em 1942 — ANTÔNIO RIBAS — analisa, separadamente, o histórico de cada grilo importante

com seu sistema de roças e queimadas destruíram grandes áreas de matas. Muitos colonos desejosos de obter pequenas propriedades a bom preço procuravam outros locais onde a situação estivesse mais normalizada e a propriedade da terra fôsse garantida legalmente<sup>23</sup>

Depois de 1930, com a reorganização do plano de colonização<sup>24</sup> e, mais tarde, o melhoramento da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia<sup>25</sup> penetrou a colônia Pato Branco em uma nova fase. Rápida-mente foram sendo demarcados e ocupados os núcleos ainda por lotear, formando-se aí uma frente pioneira ativa, para a qual afluiu uma população numerosa. Além desses, influiu grandemente no nascimento de uma verdadeira zona pioneira em Pato Branco, um fator econômico que não pode ser desprezado, a grande valorização dos produtos agrícolas e sua maior procura nos grandes centros consumidores, principalmente depois de 1940, pois só assim eles podem suportar os fretes elevados decorrentes da grande distância dos mercados.



Foto 8 — Povoado de Marrecas, sede da Colônia Agrícola Nacional General Osório, no município de Clevelândia

(Foto WALTER EGLER, fevereiro 1949).

A população é em sua maior parte, originária das zonas coloniais do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, destacando-se os elementos de origem italiana, que representam cerca de 60% do total<sup>26</sup>. O esgotamento dos

<sup>23</sup> Relatório inédito de W A EGLER — Viagem aos Estados do Paraná-Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1948

<sup>24</sup> Instruções contidas na portaria n° 180, de 30 de junho de 1931.

<sup>25</sup> Distanto cerca de 50 quilômetros de Clevelândia, Pato Branco deveria ligar-se a esta cidade por uma estrada militar destinada a alcançar a fronteira argentina, cuja construção, no entanto, foi abandonada em 1929. Atualmente é por esta estrada estratégica, cuja construção foi reencetada, que Pato Branco se comunica com Clevelândia, Palmas e União da Vitória, os mercados para os quais é encaminhada sua produção

<sup>26</sup> Os descendentes de italianos vieram sobretudo de Erexim, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Sananduva, e, em muito menor número, da zona de colonização antiga. São também numerosos aqueles que vieram de Santa Catarina, procedentes de Concórdia, Araranguá, Criciúma, Uruganga, etc. Também merecem menção os elementos de origem polonesa e rutena, de Erexim e também das velhas colônias do Paraná, muitas das quais se estão despovoando

solos e a falta de terras nas zonas coloniais italianas, influíram de maneira decisiva no progresso da colonização em Pato Branco, pois causaram o êxodo de grande parte das novas gerações.

Diariamente ainda chegam a Pato Branco famílias de colonos que aí se vêm instalar, fazendo avançar o limite da zona efetivamente ocupada e aproveitada<sup>27</sup>. Em conseqüência, à proporção que penetram êsses colonos, retiram-se os caboclos aí localizados, abandonando a terra ocupada ilegalmente ou vendendo as benfeitorias que possuem.

Em 1940, o limite ocidental da zona efetivamente ocupada era ainda Pato Branco: mais adiante havia apenas algumas grandes propriedades e caboclos semi-nômades dispersos na floresta, sempre na vanguarda da colonização. Com a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório, avançou o povoamento até a zona conhecida pela denominação de Marrecas onde, em fins de 1948 a população já era de 4 621 pessoas<sup>28</sup>. Constituiu-se aí uma frente pioneira ativa, avançando, a um tempo, para oeste e para o vale do Iguaçú, ao norte. O arróio Tamanduá e o rio do Erval marcam seu limite atualmente. Ao norte dêste rio encontram-se ainda enormes áreas despovoadas que se estendem da confluência do rio Xopim para oeste em ambas as margens do Iguaçú.

Mais ao norte, na gleba da antiga fazenda Britânia os trabalhos de colonização foram reiniciados em 1946, com a abertura da estrada para Pôrto Britânia a partir de Cascavel. Atualmente (1950) os lotes já demarcados, em número superior a 200, são vendidos ao preço de Cr\$ 900,00 o alqueire paulista (2,42 ha) possuindo em média 11 alqueires. Situam-se nos altos vales da bacia do rio São Francisco, próximos à sede, Toledo, distante cêrca de 46 quilômetros de Cascavel.

Em meados de 1947 chegaram a Toledo os primeiros colonizadores italo-brasileiros vindos de Caxias do Sul. A própria Companhia explora a madeira, beneficiada em duas serrarias já em funcionamento. Os colonos aí chegados possuem geralmente um pequeno capital de cêrca de vinte mil cruzeiros. Podem adquirir mais de um lote, mas comprometem-se a ocupá-lo e cultivá-lo no prazo de dois anos. Recebem da Companhia auxílio financeiro para a viagem e tábuas para a construção de suas casas, podendo, também, trabalhar para a Companhia na construção de estradas.

Além dêste núcleo inicial, Toledo, outros estão sendo projetados ao longo da estrada para Pôrto Britânia, a distâncias de 20 ou 25 quilômetros. Esta colonização ainda em início, está sendo planejada cuidadosamente, o que talvez garanta seu êxito futuro.

A nova frente pioneira aberta em Toledo deverá progredir rapidamente em direção do rio Paraná, ao longo da estrada já construída que vai ter a Pôrto Britânia. Isto se dará, sobretudo, se tiverem êxito as experiências que aí se realizam de plantação de café com sombreamento, o que dará a esta zona um produto comercial de valor bastante elevado para fazer face às despesas

<sup>27</sup> A produção agrícola é variada: milho, feijão, trigo, fumo, arroz, batata, mandioca, etc, sendo exportados o trigo, o milho e o feijão para Palmas e União da Vitória. Em 1940 já existiam na colônia 5 moinhos para trigo e milho e duas serrarias além de engenhos de açúcar e aguardente (Secr. de O P V e A. Cadastro das colônias da 5ª Inspetoria, 1941).

<sup>28</sup> Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, 1948.

onerosas dos transportes e capaz de atrair numerosos povoadores, pois aí estarão situadas possivelmente, as últimas terras próprias para o café no sul do Brasil.

Visando a aproveitar de maneira racional as reservas de matas ainda existentes nas terras devolutas do oeste e ao mesmo tempo, conter a "excessiva expansão e conseqüente isolamento das famílias de agricultores nacionais cuja tendência é a exploração de grandes áreas de mata virgem"<sup>29</sup> resolveu o governo do estado em 1939 iniciar os serviços de colonização em terras devolutas situadas nos então municípios de Guarapuava e Londrina<sup>30</sup>

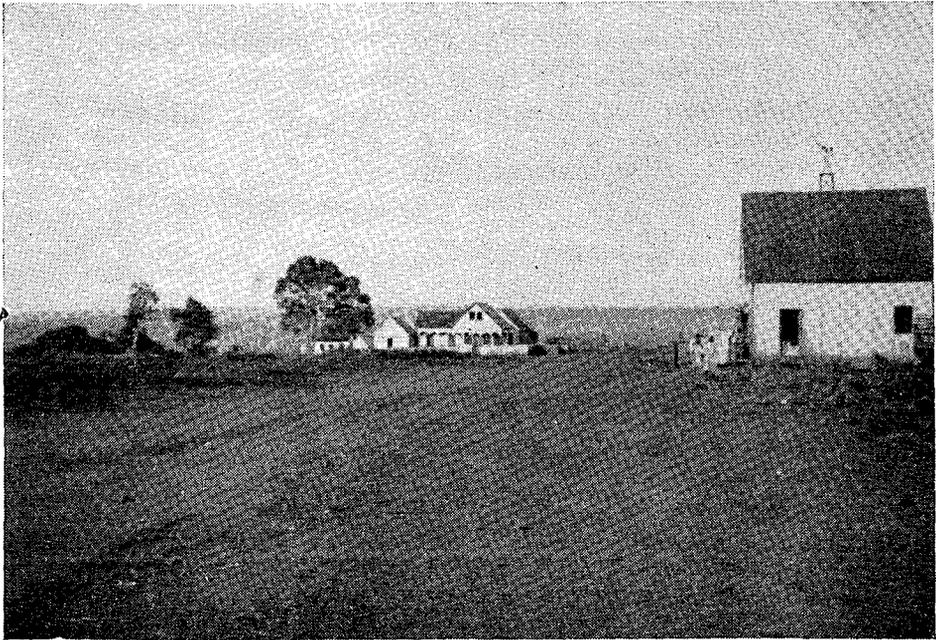


Foto 9 — Aspecto parcial da praça principal de Campo Mourão onde as habitações eram ainda pouco numerosas (Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)

Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e na do Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mouão São estas colônias constituídas por numerosas glebas cujas áreas, salvo algumas exceções, variam entre 5 000 e 10 000 hectares<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Tombamento geral de todos os serviços atinentes à colonização e à medição em tratos, isolados, executados na zona norte e oeste do estado Relatório da comissão incumbida de organizá-lo, na conformidade da portaria n.º 161, de 19 de maio de 1947

<sup>30</sup> Decreto n.º 8 564, de 17 de maio de 1939

<sup>31</sup> A situação dos trabalhos de demarcação até agosto de 1949 era a seguinte:

COLÔNIAS	N.º de glebas	Demarcadas	Em demarcação
Manuel Ribas	5	5	—
Mourão	15	15	—
Piquiri	19	6	3
Cantu	13	3	—
Goio-Bang	10	1	—
Goio-Erê	21	—	4
Muquidão	19	—	—

FONTE: Mapa da Situação dos Trabalhos de Colonização, na Região Noroeste do Estado Escala 1 : 500 000, do D de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná

Em cada uma delas, foi planejada, uma sede urbana, além dos lotes rurais, de área também variável, cuja divisão foi estabelecida tendo em vista obter condições favoráveis de "servidão da água" e facilidade de acesso.

COLÔNIA	Gleba	Área (ha)	Número de lotes	Área média
Cantu	1	8 573	79	109
»	3	16 823	147	114
Goio-Bang	4	15 905	140	103
Manuel Ribas.	1	6 710	54	124
»	4	8 115	93	87
»	2 e 3	17 305	228	76
Piquiri	1	15 560	276	75
»	4	19 828	253	75
»	5	13 968	111	121
»	7	5 690	70	81
»	8	8 681	84	103
»	8	2 621	33	79
»	9	7 492	67	107
Mouão	3	12 544	174	72
»	5	—	109	87
»	7	10 000	120	83

A área dos lotes rurais nas glebas já demarcadas não é uniforme, variando de 10 a 200 hectares em uma gleba, de 30 a 150 em outra, etc. Se considerarmos a área média, esta é sempre superior a 50 hectares, alcançando às vezes 100 hectares ou mais, o que nos leva a concluir serem pouco numerosos os lotes pequenos <sup>32</sup>

Entre os rios Corumbataí e Ivaí, em terras ainda em questão com os antigos concessionários, pretende o governo do estado fundar outra colônia, visando também a fixar a população já aí radicada ilegalmente

Nas terras da ex-concessão Silva Jardim, revertida para o governo, situada a 75 quilômetros da Foz do Iguaçu, foi também planejada uma colônia denominada Benjamim Constant. Em 1943 a área total (11 095 ha) que compreende terras férteis provenientes da decomposição do *trapp*, foi dividida em 171 lotes rurais, com área média de 643 hectares. A sede seria construída à margem da estrada para Guarapuava. Paralisados os serviços de colonização com a criação do território do Iguaçu, só agora, depois da extinção, dêste, estão sendo retomados os trabalhos, a cargo do Departamento Administrativo do Oeste

Em grande parte das colônias de nacionais fundadas pelo governo estadual, especialmente junto ao divisor Ivaí-Piquiri e no vale dêste, o povoamento já se iniciara espontaneamente desde o comêço do século. Aí se haviam instalado, em número bastante elevado, caboclos e colonos de origem estrangeira, especialmente poloneses e ucranios vindos das velhas colônias do leste (Rio Claro, Prudentópolis, etc) que agora estão requerendo a posse das terras por êles ocupadas.

Pelas glebas já ocupadas foi iniciada a demarcação dos lotes, visando-se, com isto a radicar definitivamente os caboclos. Na colônia Piquiri, em tôdas as glebas até agora demarcadas, foi encontrado grande número de ocupantes.

<sup>32</sup> Fonte — Tombamento Geral das Colônias e projetos de loteamento das glebas já demarcadas

Destaca-se neste particular a gleba n.º 8, Marquinho, na qual já se achavam instaladas 100 famílias, tendo sido necessário o desdobramento de alguns dos 84 lotes previstos.<sup>33</sup> O mesmo se dá em relação à colônia Cantu, onde nos extensos pinheiais de glebas 1 e 3, as primeiras a serem demarcadas, havia um número de ocupantes superior ao de lotes previstos (140 famílias para 79 lotes na gleba 1 e 227 para 147 lotes na gleba 3) “Em consequência da ocupação desordenada, verificam-se pequenos agrupamentos de moradias formando algumas aldeias em vários pontos da gleba (n.º 3), resultando ficarem no mesmo lote mais de uma família de colonos; se bem que a maioria seja de colonos nacionais há grande porcentagem de descendentes de poloneses originários das colônias federais antigas.”<sup>34</sup> Nas outras colônias verificou-se a mesma ocupação indevida de terras do estado, porém em menor escala.<sup>35</sup>

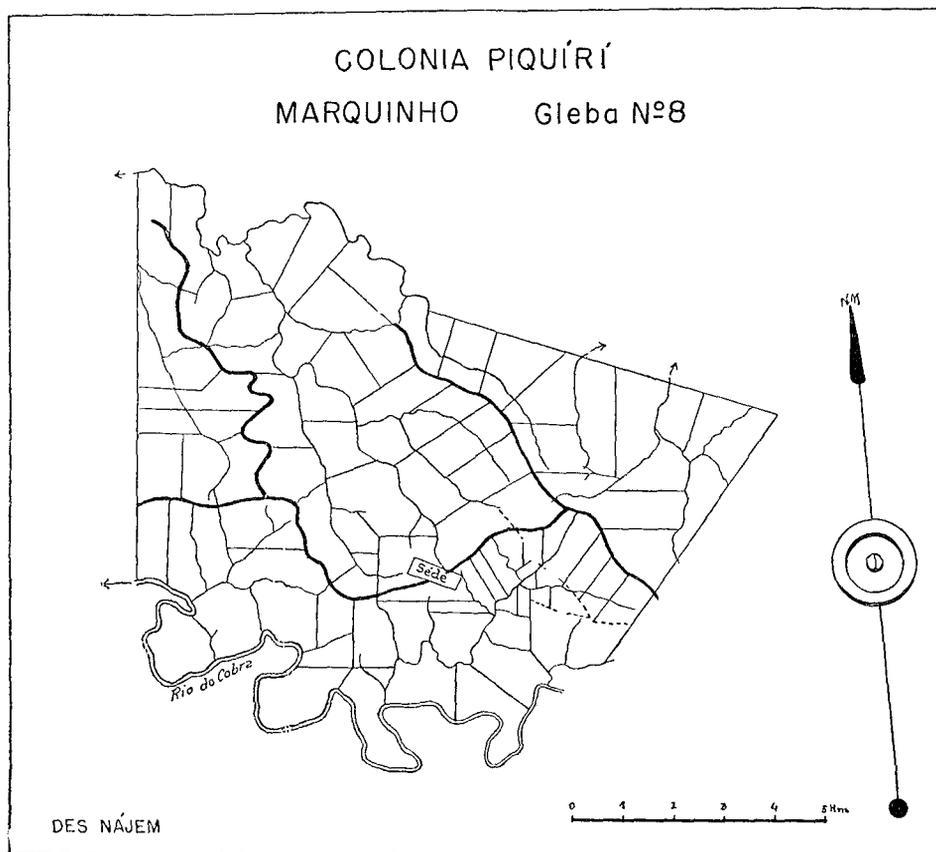


Fig. 3 — Planta da gleba Marquinho da Colônia Piquiri, onde a ocupação espontânea precedeu a criação da colônia e a demarcação dos lotes. Esta não pôde, portanto, se processar normalmente, tendo sido alterado o traçado previsto para os lotes, alguns dos quais foram mesmo subdivididos.

<sup>33</sup> Situada entre os rios Cobra e Juti, afluentes do Piquiri, esta gleba é constituída por terreno extremamente acidentado, numa altitude que varia de 630 a 1 000 metros. A mata, quando da demarcação, já se achava quase totalmente destruída e as capoeiras e capoeirões testemunhavam a devastação desordenada realizada pelos intrusos que aí têm praticado uma agricultura itinerante (Tombamento Geral das Colônias).

<sup>34</sup> Tombamento Geral das Colônias.

<sup>35</sup> Nas glebas 3 e 7 da colônia Mourão havia, respectivamente, 102 e 60 famílias com moradia efetiva e culturas habituais. Na de n.º 4 da colônia Goio-Bang, situada no divisor Ivai-Piquiri, com uma altitude média de 700 metros, havia 43 lotes ocupados, em um total de 140. Aí se situa o povoado de Mamborê, em torno do qual já se praticava a exploração da erva-mate aí abundante. Liga-se este povoado, por estrada canoável ao porto Piquiri, neste rio, e além deste, ao Porto Mendes no Paraná.

Punindo a apropriação indevida das terras e a devastação das florestas e proibindo a cessão de direitos e venda de benfeitorias nas colônias, salvo casos



Foto 10 — Vista de Araruna, núcleo pioneiro a oeste de Campo Mourão, então no limite com a zona ainda virgem  
(Foto J J BIGARELLA, maio de 1948)



Foto 11 — Rancho de pioneiro, ao lado da mata ainda não derrubada  
(Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)

de necessidade imediata, procurou o Departamento de Terras e Colonização impedir que se continuasse o velho sistema já tradicional entre colonos e caboclos, de abandonar depois de alguns anos de roças e queimadas os lotes por

êles ocupados. Ainda com o fim de coibir abusos, determinou o Departamento de Terras que, nas áreas ainda não desbravadas, a ocupação da terra concedida só poderá ser feita em lote já demarcado, cujo aproveitamento imediato seria exigido para a expedição do título definitivo.

Todavia, nem tôdas as normas são respeitadas e muitos daqueles que requereram lotes alegando a ocupação da terra e as benfeitorias feitas, depois de obtido o título provisório têm-no vendido embora ilegalmente a outros recém-chegados, penetrando mais adiante no sertão.

Esta especulação de que são vítimas muitas vêzes os colonos recém-chegados e, por outro lado, a demoia na medição dos lotes ainda desocupados (devida em grande parte à insuficiência das possibilidades orçamentárias) têm contribuído para diminuir o afluxo de novos colonos, especialmente os elementos mais estáveis que receiam dificuldades futuras.<sup>36</sup> Além destes fatores, também a grande distância dos mercados e a falta de boas vias de comunicação têm dificultado o povoamento da zona, retardando o avanço da frente pioneira que está progredindo lentamente para sudoeste e oeste no vale do Piquiri.

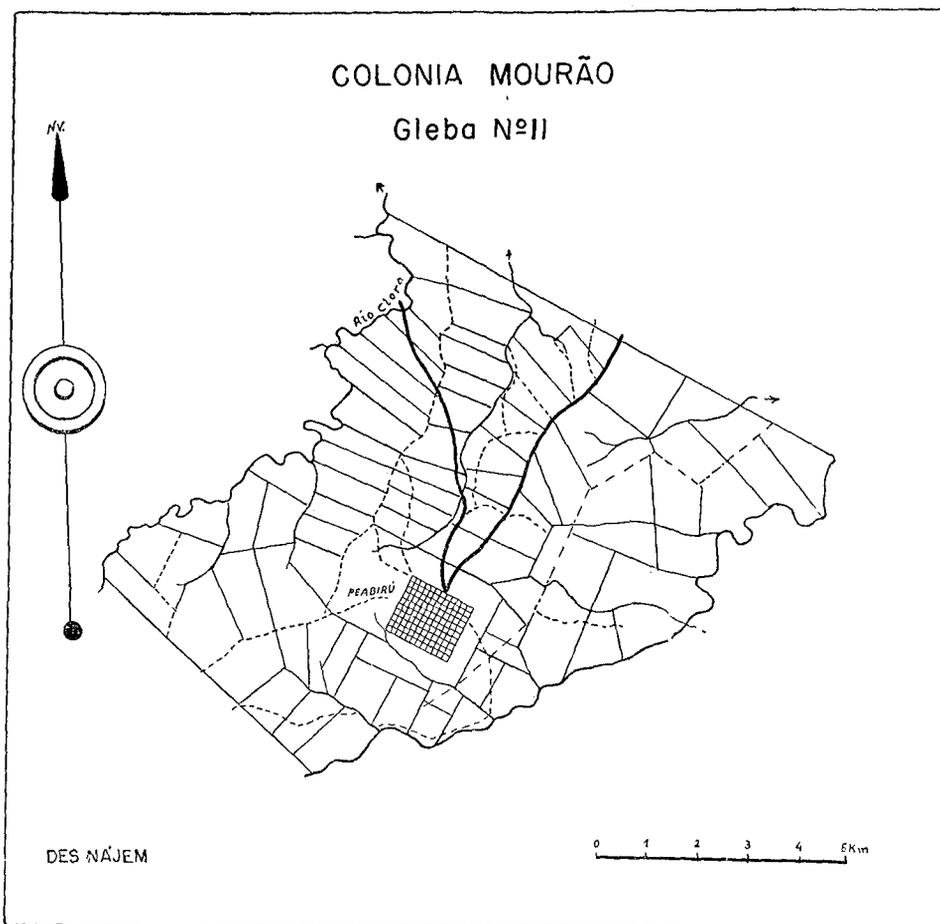


Fig 4 — Planta da gleba n.º 11 da Colônia Mourão, onde se situa a sede da mesma, na vila de Peabiru. Como nas outras áreas situadas na vertente do Ivaí e recobertas por mata de lei, a penetração de caboclos e colonos isolados foi pequena, permanecendo em mata a quase totalidade da gleba até a instalação da colônia.

<sup>36</sup> Sobre este fato há referências em relatórios do Departamento de Terras e Colonização.

As glebas situadas na vertente do rio Ivaí, pertencentes à colônia Mourão especialmente as do vale do rio Claro, gozam de grande vantagem: situadas a uma altitude mais baixa (400 a 650 metros) e sob clima mais quente, aí se desenvolve a mata latifoliada subtropical e a famosa terra roxa, propícias à cultura do café que aí tem seu limite meridional. Têm ainda a seu favor a maior proximidade das ricas zonas do norte do estado, cujo desenvolvimento vertiginoso as está contaminando.

Pouco atingidas pela devastação causada pelos intrusos<sup>37</sup> estas glebas possuem ainda grandes extensões de mata virgem. As primeiras derrubadas ocorreram a partir de 1940, mas foi depois da abertura da estrada para Maringá (1945) que progrediu a ocupação, com a localização de numerosos colonos, especialmente descendentes de italianos do Rio Grande do Sul<sup>38</sup>. Em lugar das queimadas sem limites que caracterizam o resto da região, aparecem aí as derrubadas sistemáticas de áreas logo aproveitadas para os cafézais. Pode-se reconhecer aí o avanço regular de uma frente pioneira progredindo para oeste e norte a partir de Campo do Mourão e Piabiru. Em 1948 o povoado de Araruna, que então se iniciava, estava situado no limite da área derrubada com a mata virgem

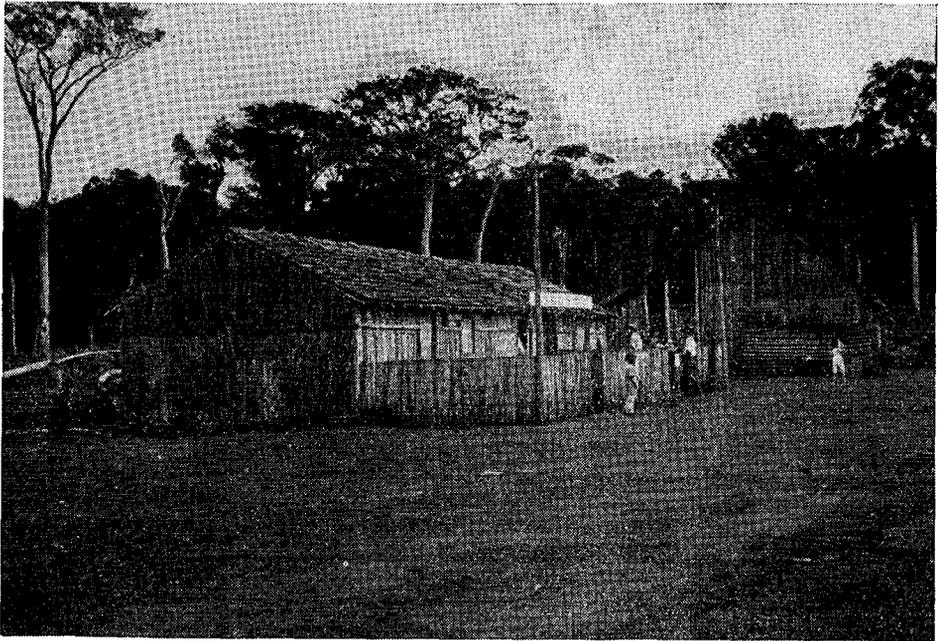


Foto 12 — Aspecto de Marimpá, povoado criado em plena mata virgem entre Campo Mourão e o rio Ivaí, para venda ilegal de terras. Apesar do primitivismo dos abrigos, já havia luz elétrica para impressionar os compradores

(Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)

<sup>37</sup> Na gleba 5 da colônia Mourão, cuja sede é Araruna, havia apenas, por ocasião da demarcação, 11 famílias de ocupantes e alguns índios, sendo de 109 o número de lotes demarcados

<sup>38</sup> Já a abertura em 1942, de uma picada ligando Campo do Mourão ao divisor Ivaí-Parapanema e às estradas da Companhia de Terras Norte do Paraná permitiu a exportação de porcos para Londrina, onde os preços obtidos são melhores que em Ponta Grossa. A abertura da estrada que dá acesso a caminhões trouxe novas possibilidades pois permite o escoamento de produtos como o café e os cereais para o norte do estado

Não se pode negar a importância desta área da vertente do Ivaí onde as possibilidades de progresso são bem maiores, em contraste com a zona dos

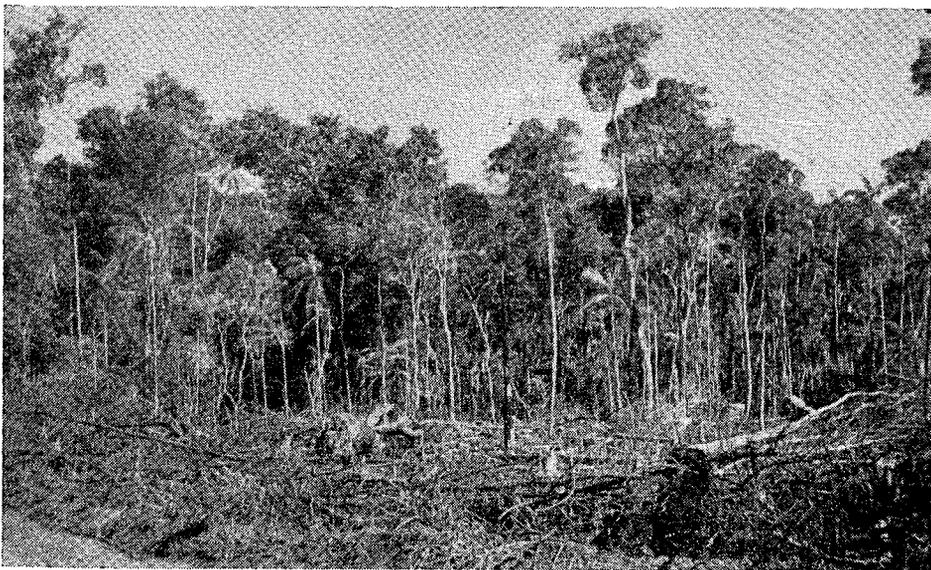


Foto 13 — Pequena clareira recém-aberta na mata virgem, não longe do rio Ivaí  
(Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)



Foto 14 — Picada aberta na mata virgem, próximo ao rio Ivaí, notando-se a grande abundância de palmitos (*Euterpe edulis*) padrões de terra boa  
(Foto NILO BERNARDES, maio de 1948)

pinhais semi-devastados do alto do grande espigão ou da vertente exposta ao sul. Confirma ainda a importância dessas glebas da vertente do Ivaí o aparecimento de “gileiros”. Estes efetuaram a venda ilegal de terras que faziam parte de uma concessão particular, aí fundando uma “cidade”, por eles denominada Marimpá<sup>39</sup>. Este facto serve de índice para se avaliar o grande interesse que está suscitando o povoamento da zona, e, se seu pro-

<sup>39</sup> Destinava-se o nome a ser confundido com Maringá, cidade fundada na mesma época (1947) pela Cia Norte do Paraná. Posteriormente foi este grilo ocupado pela polícia, e os concessionários da gleba iniciavam os trabalhos de colonização.

gresso não está sendo mais rápido, deve-se à demora na demarcação dos lotes, causada, como já foi assinalado, pela insuficiência das verbas.

Embora ainda estejam separadas por grandes extensões de mata virgem apenas cortada pela estrada, estas derrubadas recentes já se estendem até pequena distância do Ivaí, indicando o sentido em que se está processando o progresso do povoamento. Aí se vão encontrar, nas margens do grande rio, a frente pioneira do oeste e a do norte do estado.

### A colonização no Norte do Paraná

No chamado Norte do Paraná o planalto basáltico foi modelado pelos afluentes do Paranapanema em formas geralmente suaves, de largos espigões convexos. Na maioria dos casos a descida para os fundos dos vales não se fez tão abruptamente como no oeste, onde o encaixamento dos rios é mais acentuado devido à presença de um nível de base mais baixo.

Contribuem para individualizar o Norte do Paraná condições climáticas diferentes da zona Oeste. Representa o Norte do Paraná a transição entre o clima subtropical, que caracteriza a maior parte do 3.º planalto ao sul do Ivaí e o clima tropical de altitude do oeste paulista; embora ainda apresente temperaturas baixas, seu regime pluviométrico já é caracterizado pelas duas estações, chuvosa no verão e seca no inverno, tão essenciais ao desenvolvimento de certas culturas como a do café.

O que mais favorece, no entanto, o Norte do Paraná é a existência da já famosa terra roxa, abrangendo uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior à das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. É verdade que no extremo noroeste o solo é arenoso e algumas pequenas manchas de terra roxa misturada encontram-se disseminadas pela zona. A terra roxa, de grande fertilidade, valorizou todo o norte do Paraná e tem sido o chamariz para os milhares de indivíduos que para aí ocorrem desde o começo do século.

Recoberto em sua quase totalidade pela mata latifoliada perene subtropical, rica em madeiras de lei e em padrões de bom solo que revelam a cada passo a presença da famosa terra roxa, o Norte do Paraná representa, na realidade, a extensão, ao sul do Paranapanema, das ricas terras cafeeiras do vizinho estado de São Paulo. Com seus espigões elevados (600-900 metros em média) e de relevo suave, livres em sua maior parte das geadas e seus efeitos prejudiciais, esta região constituía de fato uma grande reserva de terras virgens próprias para a lavoura cafeeira. Por outro lado, sua proximidade do estado de São Paulo implicava em certas facilidades de transporte e mercado que ajudam a explicar o interesse havido na aplicação de grandes capitais para sua colonização e o êxito deste empreendimento, revelado pelo avanço rápido da frente pioneira.

### Primórdios do povoamento no norte do estado

Deixando de lado as Missões que tinham sido instaladas nesta região pelos jesuítas espanhóis e posteriormente foram destruídas pelos bandeirantes paulistas, pode-se dizer que a primeira fundação no norte do Paraná data de 1855. Trata-se da colônia militar Jataí, criada por ordem do governo imperial<sup>40</sup>, à

<sup>40</sup> Decreto n.º 751, de 2 de janeiro de 1851

margem direita do rio Tibaji, no local em que êste rio era atravessado pela picada então aberta para ligar os Campos Gerais a Mato Grosso

Encravada em um sertão longínquo e despovoado, ameaçada de ficar com suas relações completamente cortadas com o resto da província, a colônia Jataí não pôde alcançar nenhum progresso <sup>41</sup>.

Os ataques dos índios (Caiuás e Terenos, êstes vindos de Mato Grosso) e as péssimas condições de salubridade do local, sujeito a sutos periódicos de malária aliaram-se aos fatores já apontados para impedir o desenvolvimento da colônia, apesar de seus solos férteis, próprios para qualquer tipo de cultura <sup>42</sup>. Reduziu-se a colônia Jataí a um "insignificante povoado, sem vida, sem comércio e, conseqüentemente incapaz de atrair população" <sup>43</sup> que só recentemente progrediu, a exemplo das zonas novas do norte do Paraná

Apesar da fundação da colônia militar Jataí, permaneceu o norte do Paraná, até o último quartel do século XIX como sertão desconhecido e desabitado. Não houve aí grande interesse do govêrno no devassamento do território e, por outro lado, a mata latifoliada, de penetração mais difícil, não foi invadida pelos caboclos e suas roças.

### O avanço do povoamento no 3.º planalto a leste do Tibaji

A iniciativa particular só foi atraída no fim do século XIX, quando a onda cafeeira que penetrara o oeste paulista já atingia o Itararé e o Paranapanema. A frente pioneira progrediu, então, pelo estado do Paraná e fazendas de café do tipo tradicional paulista foram sendo instaladas nas terras roxas dos espigões da margem esquerda do grande rio

Ribeirão Claro, Jacarèzinho e Santo Antônio da Platina foram as primeiras fundações, aí se localizando, a partir de 1866, elementos nacionais principalmente paulistas e mineiros, logo seguidos de estrangeiros

Seguiu-se Cambará, onde a primeira penetração ocorreu em 1904. Fundada por fazendeiros de café vindos de Ourinhos, no estado de São Paulo, Cambará foi a primeira etapa da penetração para oeste em direção ao vale do Tibaji. Continuando a progredir neste sentido, as derrubadas em 1921 atingiam Bandeirantes, e em 1924 Cornélio Procópio, povoando-se sempre a região com nacionais e também estrangeiros, em geral colonos das fazendas de café. Corresponde esta penetração a um período de grande expansão da cultura cafeeira,

<sup>41</sup> Êste fato foi desde logo assinalado. Em 1868, assim se expressou a presidência da província no relatório à Assembléa Legislativa: "A falta de vias de comunicação regulares que dêem vida ao comércio, às artes e à agricultura planta o desânimo no seio dos habitantes e o estabelecimento, longe de prosperar, definha lentamente. A cultura do terreno é ali posta à margem. Sem um ramo de exportação, a população cuida unicamente de alcançar o estritamente necessário às necessidades quotidianas da vida." No relatório de 1872 lemos o seguinte: "Colocada no centro de uma floresta virgem, a uma distância extraordinária das cidades mais populosas e do litoral da província, contando apenas com uma via de comunicação que, pela irregularidade de seu traçado oferece numerosas dificuldades ao transporte, êste estabelecimento tarde, muito tarde, se elevará ao fim de sua instituição"

<sup>42</sup> No relatório apresentado à Assembléa Legislativa em 1870 pelo presidente da província, consta a relação das culturas então existentes na colônia: milho, feijão, arroz, mandioca e também café, achando-se já plantados 2 000 pés. A população da colônia era então de 211 pessoas, distribuídas em 42 casas.

<sup>43</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná em 15/2/1872 pelo presidente da província.



iniciado no vizinho estado de São Paulo que originou um povoamento completamente diverso do que se verificou no resto do estado. De fato, não se deu aí a criação de núcleos isolados independentes uns dos outros e sim uma expansão contínua do povoamento ao longo de um eixo que atravessa os baixos cursos dos afluentes do Paranapanema e os espigões, não muito elevados que os separam, próprios para a lavoura cafeeira. Como nas zonas pioneiras paulistas, apesar da grande procura de terras, vastas áreas eram deixadas em mata, à espera de uma valorização maior e o avanço da faixa pioneira se processava sem que a sua retaguarda estivesse totalmente ocupada. Pode-se, assim, acompanhar nesta região desde o começo do século, o avanço rápido da faixa pioneira, caracterizada aqui pela abertura de fazendas que se expandiram nem sempre por contiguidade para oeste ao longo dos espigões e das altas encostas, próprias para o cultivo do café, enquanto nas margens do Paranapanema e no fundo dos vales de seus afluentes perdurava a mata que, foi sendo depois derrubada para outras culturas ou a criação de gado. Por ocasião da grande crise de 1929, a faixa pioneira já atingia o vale do Tibaji e, apesar da crise, nos anos seguintes ultrapassou este vale, talvez com maior vitalidade ainda e um afluxo maior de população e de riquezas.

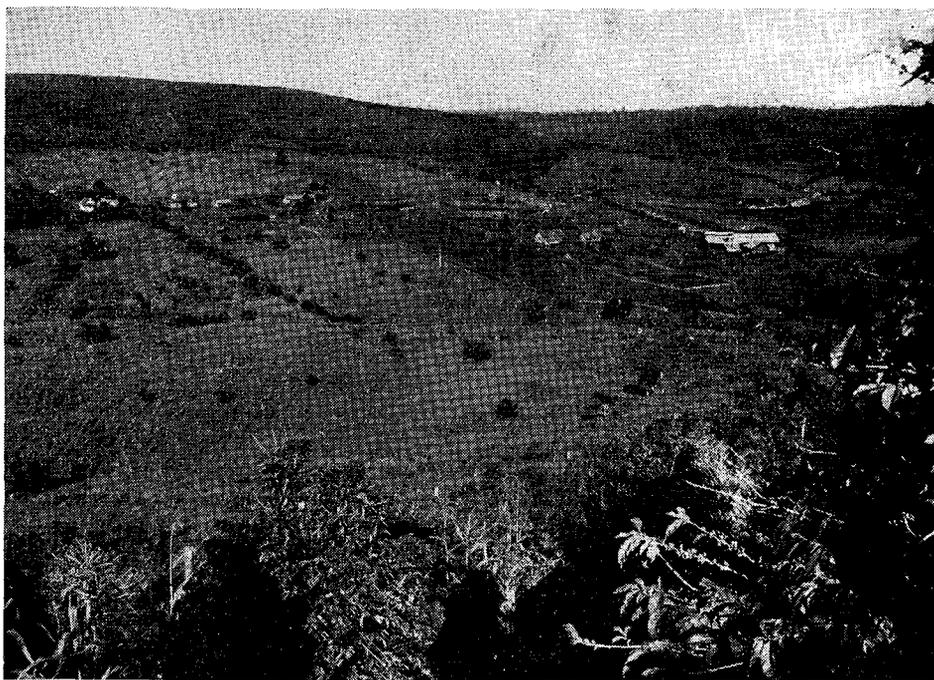


Foto 15 — Fazenda de café do tipo paulista em Bandeirantes, no norte do Paraná. Os cafeeiros ocupam o espigão, evitando o fundo do vale sujeito a geadas, onde ficam as instalações da fazenda, pastos e outras culturas de subsistência. No fundo, à direita, resto de mata. (Fototeca do CNG)

Uma das áreas que permaneceram desocupadas na retaguarda da frente pioneira merece menção especial pois aí se processou a colonização com japoneses. Foi fundada em 1931, nas terras da antiga fazenda Três Barras a colônia Açai, pertencente à Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda formada com capitais japoneses e dirigida por japoneses. À semelhança das colônias japonesas

de São Paulo, a vinda dos imigrantes foi cuidadosamente preparada e o colono, assistido pelo agrônomo e pelo médico e amparado pela administração da colônia logo pôde-se dedicar à lavoura. Sendo as terras ricas e o clima saudável, a distância de Jataí relativamente pequena, rápido foi o êxito da colônia Açaí.

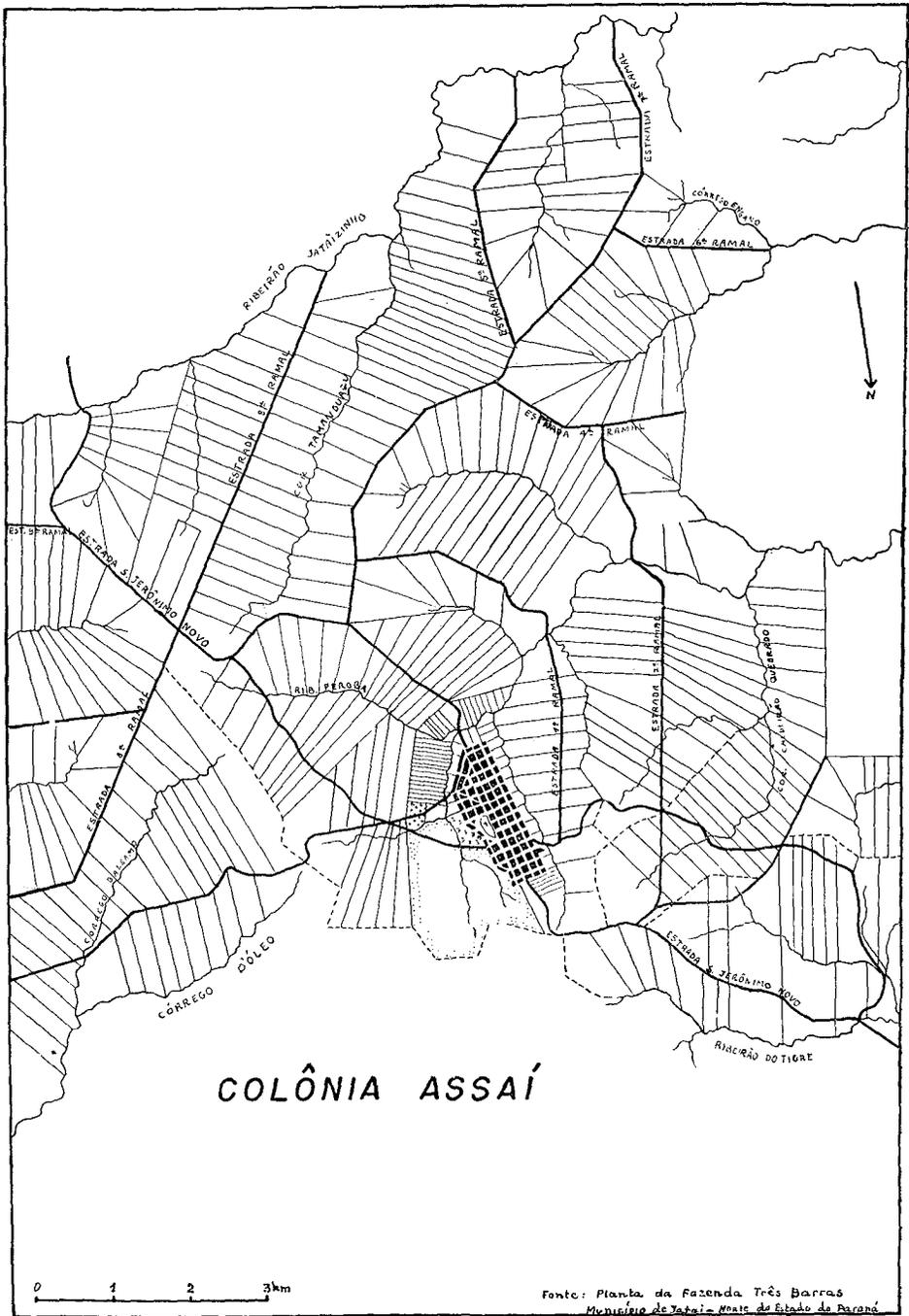


Fig 6 — Planta da colônia Açaí, organizada pela Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda e ocupada por imigrantes japoneses. Observando o tipo de loteamento nota-se que ele se fez segundo dois sistemas distintos: em alguns trechos como na parte sul da colônia (à direita do clichê) os lotes, de forma alongada, estendem-se dos divisores ao fundo dos vales passando a estrada pelos primeiros. Em torno da cidade, vêem-se lotes que se estendem de um a outro vale, atravessados ao meio pelas estradas que circundam cada um dos pequenos vales, atravessando mesmo o rio principal e formando a oeste da sede (em baixo) uma série de anéis concêntricos.

A produção agrícola da colônia é muito variada sendo o algodão a principal cultura

Fundada em 1931, a colônia Açaí, em 1936 (Relatório do D T.C. 1936) já estavam divididos 575 lotes com área média de cerca de 10 alqueires, abrangendo um total de 5 661 alqueires, quase um terço da área total da colônia. Entre os japoneses, contavam-se algumas famílias brasileiras, tanto nos lotes rurais (27 famílias brasileiras para 144 japonesas) como nos urbanos (54 nacionais e 125 japonesas)

### Os progressos da zona pioneira no 3.º planalto a oeste do Tibaji

A primeira penetração no 3º planalto a oeste do Tibaji foi feita pelo sul e, tendo como ponto de apoio a vila de Queimadas, atual Urtigueira, atingiu o terceiro planalto ao norte do rio Alonzo, afluente do Ivaí, na região de Faxinal de São Sebastião. A *cueta* triássica apresenta-se aí bastante elevada e o terceiro planalto alcança em seu rebôrdio altitudes superiores a 1 100 metros. Suas terras féteis, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram caboclos e ex-colonos que, partindo da vila de Urtigueira, galgaram a escarpa e, no alto do planalto, estabeleceram suas roças espontânea e desorde-

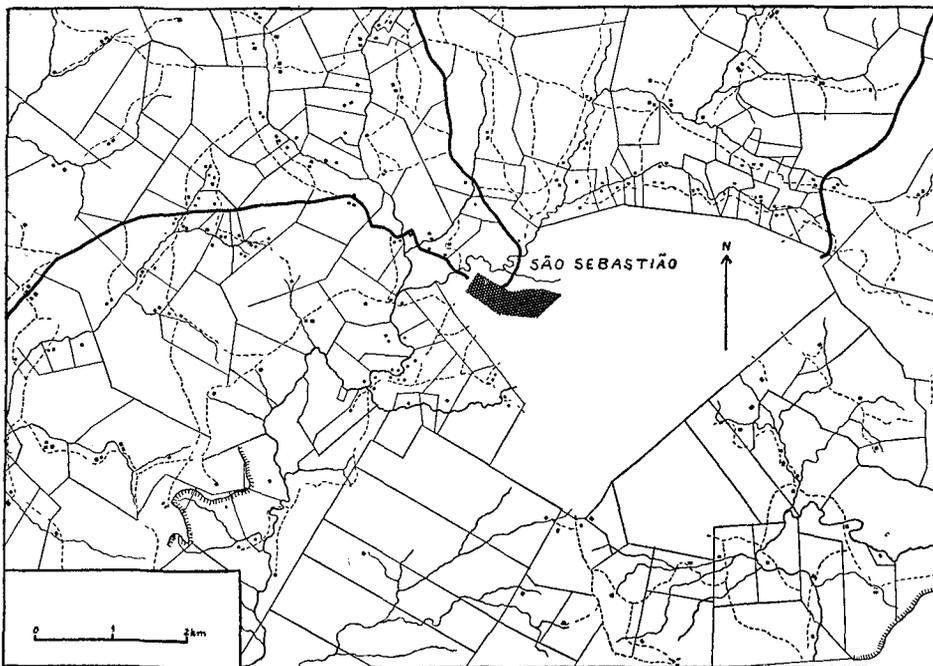


Fig 7 — Planta parcial da colônia Faxinal de São Sebastião. Nota-se a extrema irregularidade na disposição dos lotes, ocupados anteriormente à demarcação, o que dificultou grandemente esta, forçando a subdivisão de muitos deles. Quase não há estradas e os caminhos, representados por traço interrompido, têm traçado também irregular e muitas vezes irracional. O aproveitamento agrícola atualmente é mínimo sendo frequentes as capoeiras ocuparem 60 a 80% ou mesmo mais da área dos lotes.

nadamente. Muitos destes elementos eram provenientes da colônia Açungui e de outros núcleos decadentes. Em regra geral eram indivíduos despejados de terras ocupadas indevidamente ou foragidos da lei.

Com o objetivo de fixar esta população flutuante e sustar a invasão das terras virgens do norte do estado, iniciou o govêrno em 1925 a cessão de lotes aos intrusos estabelecidos no Faxinal<sup>44</sup>. Os lotes foram vendidos ao preço de Cr\$ 8,00 o hectare, sendo sua área, em média de 50 a 200 ha<sup>45</sup>. A divisão foi feita, no entanto, sem nenhum plano diretor e sim de acôrdo com a posse. Muitos dêsses posseiros, depois de requererem as terras por êles ocupadas re- tiravam-se antes de efetuar o pagamento estipulado, abandonando-as ou ven- dendo-as a outros intusos recém-chegados. Dêste povoamento que, ao norte se estendeu até a zona de São Roque e Marilândia resultou a destuição de enoi- mes áreas de pinheirais substituídos depois de alguns anos de roças descuidadas, por extensos sambambaiais que revelam a criminosa devastação aí realizada.

Ao mesmo tempo em que os pinheirais do terceiro planalto começavam a ser invadidos pelo sul, suas matas de lei ainda virgens e suas terras roxas próprias para o plantio do café eram cobiçadas para a cultura cafeeira. De fato, a expansão da lavoura cafeeira provocou, da parte dos capitais particulares, um grande interêsse pela colonização destas terras férteis ainda virgens. Foram assim obtidas do estado, no planalto a oeste do Tibaji numerosas concessões para fins de colonização.

Desde 1919 duas glebas de 50 000 hectares, aproximadamente, tinham sido concedidas pelo govêrno à margem esquerda do Tibaji<sup>46</sup>.

A colonização de ambas estas glebas foi projetada visando a aproveitar as terras roxas dos espigões para o plantio do café. Nesta base, seu loteamento foi feito de maneira que os lotes tivessem como divisas os espigões e os cursos d'água, embora em muitos lotes esta regra não tenha sido seguida. Em poucos anos foram efetuados os trabalhos de demarcação e loteamento e já em 1923 chegavam diretamente de São Paulo os primeiros povoadores da colônia 1.º de Maio (Corain & Cia). Rápido- mente se povoou esta gleba, cujas comunicações se faziam diretamente com São Paulo, transpondo o Paranapanema por meio de balsas.

Imediatamente ao sul da concessão de Corain & Cia a colônia Sertanópolis, organizada por LEOPOLDO PAULA VIEIRA, acompanhou-a em seu êxito. A pe- netração foi feita através das terras da colônia 1.º de Maio, sendo aproveitada a balsa de Corain & Cia para transpor o Paranapanema. Em função do pro- gresso do povoamento da zona rural cresceu rapidamente a sede da colônia Sertanópolis cujas primeiras construções datam de 1924.

Constava do contrato da venda dos lotes rurais a obrigação, para o com- prador, de efetuar, no prazo de dois anos a construção de um prédio na área urbana, em lote que lhe era cedido gratuitamente, fato que muito concorreu para o desenvolvimento da povoação. Esta em 1927 era sede de distrito judi-

<sup>44</sup> Portaria n.º 433, de 6/4/1925

<sup>45</sup> Os posseiros ocupavam geralmente grandes áreas e por meio de artifícios se viram senhores de várias centenas ou mesmo mais de mil alqueires. Diante dos abusos verificados, novas normas foram estabelecidas em 1930 e 1933: fixou-se a área máxima em 250 ha, cada família só podendo obter, no máximo, dois lotes, uma para cultura e outro para criação. Em 1937, cerca de 350 lotes estavam demarcados, em 1941 constavam do cadastro da 4.ª Inspeção 890 lotes.

<sup>46</sup> 1) Concessão a CORAIN & Cia contratada em 23/10/1919: terras situadas à margem esquerda do Tibaji entre o Paranapanema e o ribeirão Biguá. 2) Concessão a LEOPOLDO DE PAULA VIEIRA contratada em 24/10/1919: terras situadas à margem esquerda do Tibaji, do ribeirão Biguá ao norte, ao divisor de águas Kajador-Abóboras ao sul.

ciário e, em 1929, era elevada à categoria de cidade o que traduz seu rápido crescimento, apesar do isolamento quase absoluto em que se encontrava, a princípio, sem ligação alguma com as zonas já povoadas no estado e delas separada por grandes extensões de mata ainda virgem.

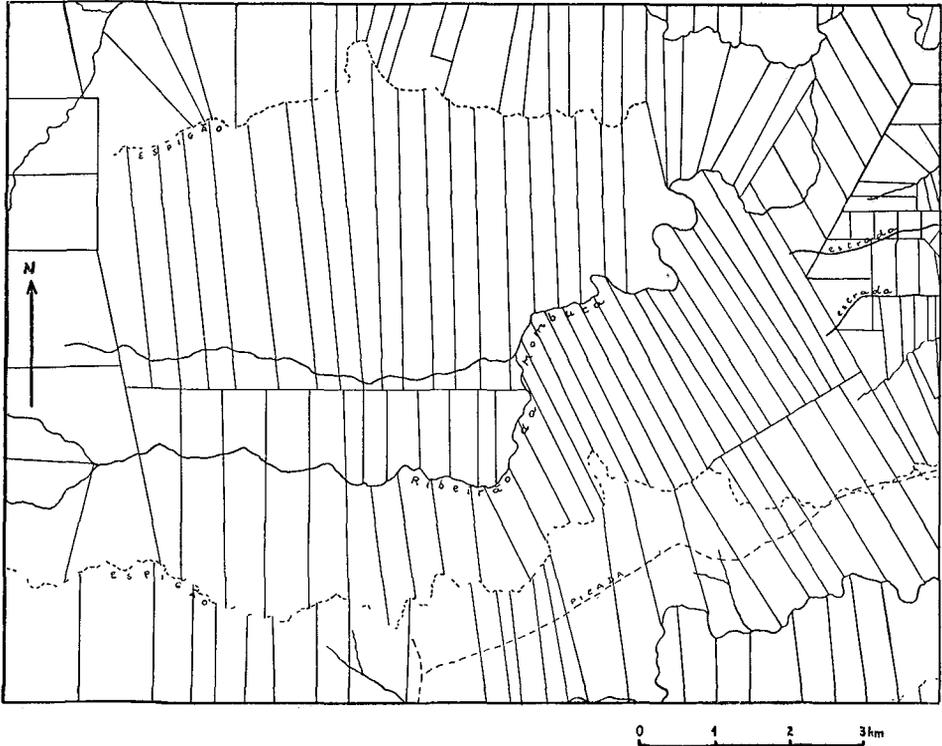


Fig 8 — Exemplo do loteamento na Colônia Sertanópolis Três tipos de propriedades podem ser observados nesta planta parcial da colônia: 1.º Pequenas propriedades — chácaras — que revelam a proximidade da cidade, situada pouco mais a leste; 2.º sítios alongados, limitados geralmente pelos cursos d'água e o espigão — sistema que posteriormente seria usado como regra pela C T N P; 3.º propriedades maiores — pequenas fazendas de 300-400 hectares — ocupando as terras mais altas e destinadas especialmente à cultura cafeeira

Mais a oeste, outras concessões foram obtidas por particulares à margem do Paranapanema — glebas Indianópolis, Floresta, Nova Bahia, Zacarias de Góis e Pirapó — mas seu povoamento não se processou imediatamente, tendo sido muito lentos os progressos registrados <sup>47</sup>

A obra colonizadora em 1.º de Maio e Sertanópolis se traduziu pela abertura de uma frente pioneira independente da que, tendo por base Ourinhos, fez a penetração de leste para oeste O êxito desses dois empreendimentos tem grande importância na história do povoamento do Norte do Paraná, pois foram estas as primeiras tentativas de colonização a oeste do Tibaji As duas glebas, 1.º de Maio e Sertanópolis não eram muito extensas, é verdade, se comparadas com a da Companhia de Terras Norte do Paraná O loteamento que aí se processou, tendo por base o aproveitamento das terras de espigão para a lavoura

<sup>47</sup> Nas glebas cedidas a MANUEL FIRMINO DE ALMEIDA (col Zacarias de Góis), ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA (Nova Bahia) e à Companhia Marcondes (Pirapó), a colonização foi apenas iniciada, sem grande êxito, em parte pela dificuldade de acesso pois cada uma delas se comunicava diretamente com São Paulo, transpondo o vale do Paranapanema As duas últimas, Nova Bahia e Pirapó reverteram para o domínio do governo em 1934 A gleba denominada Indianópolis foi dividida em fazendas de café, sendo parte cedida à Cia de Terras Norte do Paraná que a colonizou

cafeeira e das demais para outras culturas e pecuária caracterizou-se pelo estabelecimento de pequenas e médias propriedades, contando-se, quando muito, algumas "fazendas" de mais de 300 ou 400 hectares. Êste predomínio das pequenas e médias propriedades, ao invés da monocultura cafeeira, não pode ser atribuído aos efeitos da crise de 1929, como se deu no caso das terras de propriedade da Companhia de Terras Norte do Paraná, abertas depois desta data. De fato, o loteamento, tanto na colônia 1<sup>o</sup> de Maio quanto em Sertanópolis, foi anterior à crise de 1929. Êste sistema de loteamento aí aplicado, deve ser atribuído mais às condições locais de clima e relevo. Não se dispunha aí de largos espigões para o estabelecimento de grandes fazendas e o relevo bastante rebaixado devido à proximidade dos grandes vales do Tibaji e do Paranapanema impedia a monocultura cafeeira pois só junto aos divisores pode ser cultivado o café. A solução mais indicada era a que foi adotada, constituindo-se pequenas e médias propriedades, sítios e fazendas destinadas à lavoura cafeeira ou a outras culturas.

### Importância da obra colonizadora da Companhia de Terras Norte do Paraná no rápido avanço da frente pioneira no norte do estado

O rápido avanço da frente pioneira a oeste do Tibaji, teve início a partir de 1929 e foi obra da Cia. de Terras Norte do Paraná, então denominada Paraná Plantation Ltd. Esta Companhia, formada com capitais ingleses, adquiriu do governo estadual uma área de 515 000 alqueires paulistas, situada a oeste do Tibaji, entre os rios Paranapanema e Ivaí; no mesmo ano comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, cujo ponto terminal era desde 1925 Cambaú e em três anos levou seus trilhos até Jataí, à margem direita do Tibaji.

As terras compradas pela atual Companhia de Terras Norte do Paraná abrangem a melhor porção do norte do estado. De fato, a leste do Tibaji a *cuesta* clássica não está muito afastada do Paranapanema e o terceiro planalto, embora recoberto por terras roxas legítimas, acha-se dissecado pelos grandes afluentes daquele rio, como sejam o rio das Cinzas, Laranjinha e o próprio Tibaji. A oeste deste rio, no entanto, o terceiro planalto apresenta enormes extensões de relevo suavemente ondulado que correspondem aos divisores entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema e também aos espigões que separam os vales de seus afluentes. Êstes espigões, quase planos, que se continuam por encostas suaves, são recobertos em quase toda a extensão dos terrenos da C T N P pela terra roxa legítima. Estas condições, aliadas à altitude e ao clima próprios para a lavoura cafeeira, favoreceram extraordinariamente a Companhia de Terras Norte do Paraná que logo iniciou sua atividade colonizadora.

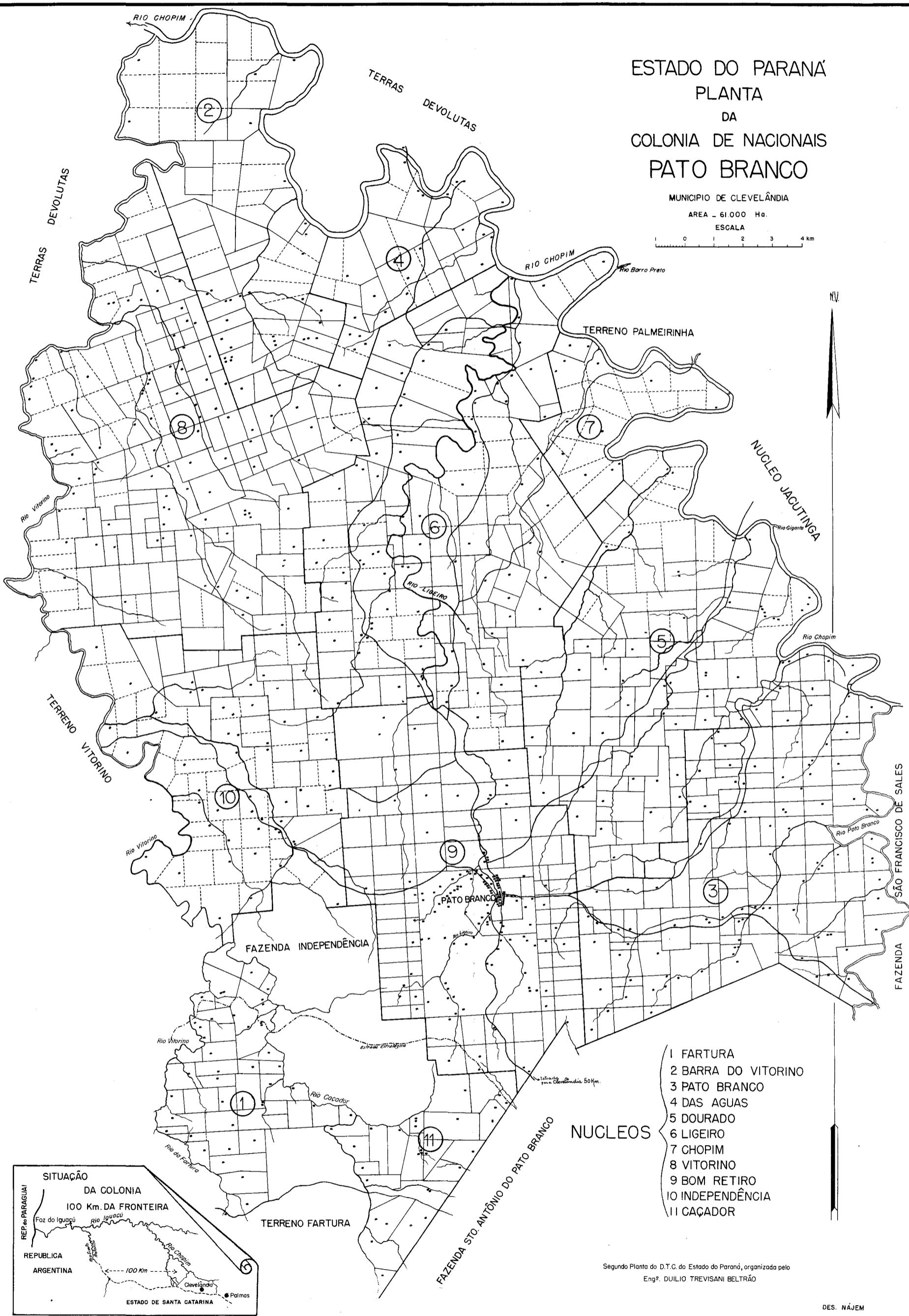
Em julho de 1929 foi escolhido um ponto, distante 24 quilômetros de Jataí e situado em plena mata, onde foi aberta uma clareira para aí se instalar a sede da Companhia. Foi esta a origem de "Londrina" onde chegaram os primeiros colonos em 1931, nacionais vindos de São Paulo, aos quais se seguiram alemães, italianos e japoneses. Elevada à categoria de cidade em 1934, possuía Londrina em 1940 uma população urbana de 10 531 habitantes, e em 1950 33 707, o que a colocava no 3.<sup>o</sup> lugar entre as cidades do estado.

ESTADO DO PARANÁ  
 PLANTA  
 DA  
 COLONIA DE NACIONAIS  
 PATO BRANCO

MUNICIPIO DE CLEVELÂNDIA

AREA - 61.000 Ha.

ESCALA



- NUCLEOS
- 1 FARTURA
  - 2 BARRA DO VITORINO
  - 3 PATO BRANCO
  - 4 DAS AGUAS
  - 5 DOURADO
  - 6 LIGEIRO
  - 7 CHOPIM
  - 8 VITORINO
  - 9 BOM RETIRO
  - 10 INDEPENDÊNCIA
  - 11 CAÇADOR



Segunda Planta do D.T.C. do Estado do Paraná, organizada pelo  
 Eng.ª DUILIO TREVISANI BELTRÃO

DES. NÁJEM

Fig. 2 — Planta da Colônia estadual Pato Branco, com indicação das habitações. Nota-se que, se nem todos os lotes estão ocupados, outros há em que se encontram vários moradores, problema criado com a demora dos trabalhos de loteamento e a instalação desordenada dos pioneiros que, em certas partes da colônia antecederam-se à demarcação dos lotes.

Tudo foi minuciosamente planejado com antecedência, antes mesmo das primeiras derrubadas: o traçado das estradas de ferro e de rodagem a seiem



Foto 16 — Cafêzal novo, em zona recém derrubada, intercalado com cultura de batata. Lavoura feita por um japonês, no município de Londrina, em 1936!

(Fototeca do CNG)



Foto 17 — Casa primitiva de um pequeno proprietário no município de Londrina, quando aí se achava a frente pioneira. A casa feita de palmito coberta de telhas de madeira, situa-se no fundo do vale. Depois de alguns anos, esta casa é usada como galpão sendo construída outra, mais conjorável.

(Fototeca do CNG)

constituídas nos espigões, a disposição das cidades e povoados a distâncias regulares ao longo destas estradas, o plano de cada cidade, sua área urbana e suburbana, seu abastecimento em água e energia elétrica, a faixa de chácaras que as envolve, os lotes rurais dispostos entre a estrada no espigão e os cursos d'água, etc

Embora tenha visado principalmente ao aproveitamento da terra toxa para a formação de cafezais, o tipo de povoamento promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná difere essencialmente do que caracteriza as zonas cafeeiras de São Paulo e mesmo da zona paranaense situada entre o Tibaji e o Itararé. De fato, visou a Companhia não a criação de grandes fazendas monocultoras, mas o estabelecimento de um regime de pequenas e médias propriedades menos susceptíveis de se abalar com o advento de uma crise de café e mais capazes de originar uma vida regional intensa (16,02 alqueires era a área média das propriedades até dezembro de 1947). Provavelmente a Companhia foi levada a esta decisão pela sua experiência por que passava o estado de

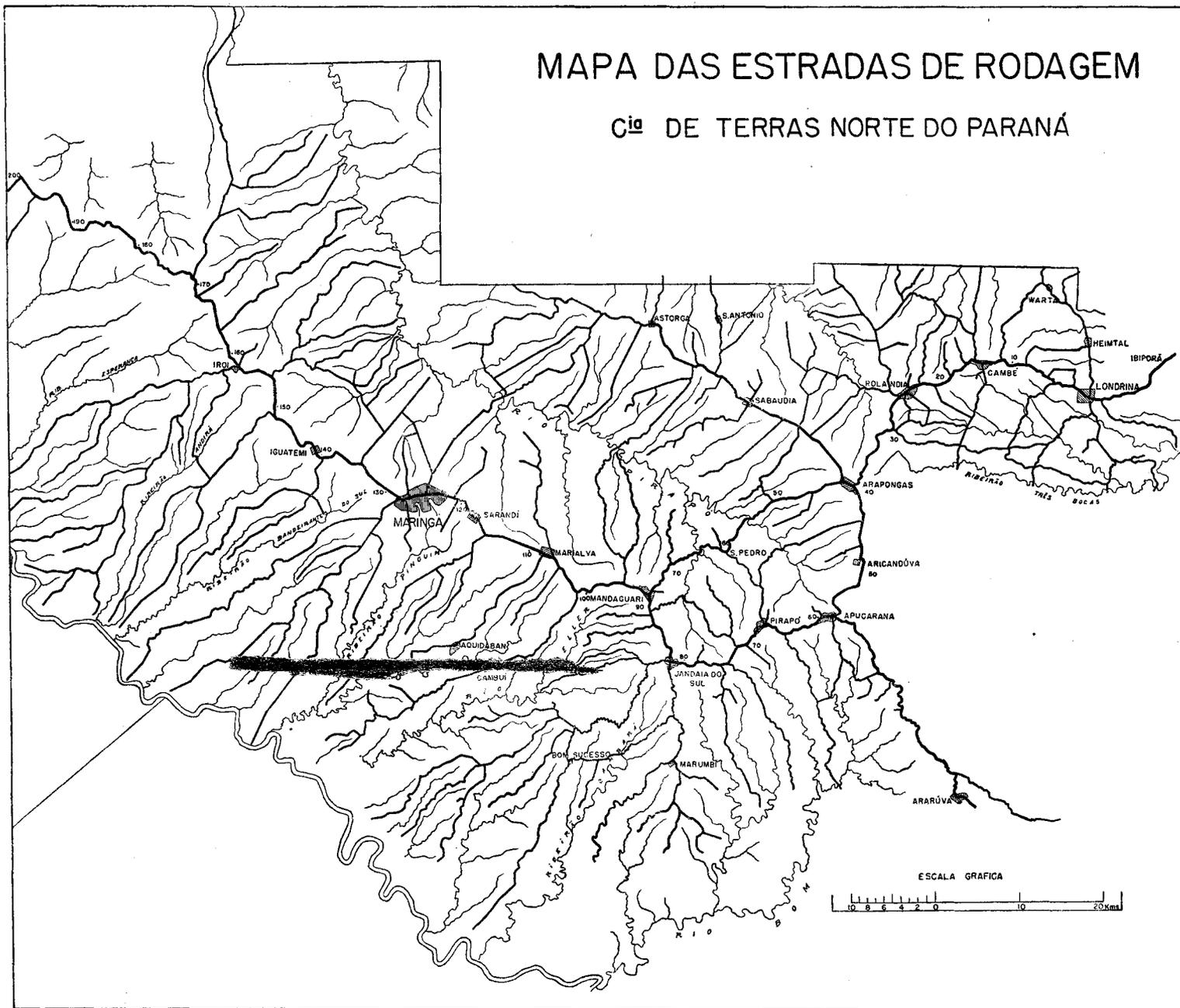


Fig. 10 — Planta parcial da Companhia de Terras Norte do Paraná, notando-se o tipo de loteamento rigorosamente seguido pela mesma Companhia, estendendo-se os lotes dos divisores ao fundo dos vales sempre com frente na estrada que acompanha o espigão divisor

São Paulo por ocasião do início de seus trabalhos, como consequência da grande crise cafeeira. Com o estabelecimento desse regime de pequenas propriedades cafeeiras consegue a Companhia uma exploração mais intensa da

# MAPA DAS ESTRADAS DE RODAGEM

## Cia DE TERRAS NORTE DO PARANÁ



DES. HIZUNO SASAKI

Fig. 9 — Mapa das estradas de rodagem planejadas e já em sua quase totalidade construídas pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Todas as rodovias obedecem ao mesmo plano, acompanhando sempre os espigões principais e divisores secundários. Ao longo das estradas estão assinaladas as cidades e os patrimônios, sendo representada a área a ser ocupada por estes núcleos urbanos, de acordo com os planos da Companhia.

região, pois as partes não apropriadas para o café são aproveitadas para outras culturas e a criação de gado, havendo também uma maior distribuição das riquezas o que muito favoreceu o comércio local e o desenvolvimento das cidades que se tornaram os centros de beneficiamento de produtos, tarefa muito custosa para o pequeno proprietário. A disposição dos lotes quase sempre alongados, com frente pequena no espigão onde passa a estrada e o caminho, estendendo-se até o curso d'água no fundo do vale, já orienta o agricultor no sentido dêste tipo de aproveitamento da terra, baseado, não há dúvida, no café, mas complementado com o algodão, o arroz, o milho, a batata etc., sem falar na criação. Ao lado das propriedades cafeeiras, em sua maioria pequenas embora também haja algumas grandes fazendas na região, nas baixas encostas e nos fundos dos grandes vales formaram-se, a exemplo da faixa pioneira paulista, fazendas de criação, bem mais extensas, vendidas a preços mais baixos.

Em 1943 a rodovia atingia "Rolândia", onde logo se instalaram os primeiros povoadores e em 1935 a frente pioneira alcançava "Arapongas".



Foto 18 — Aspecto da vila de Jandaia, situada entre Apucarana e Mandaguari. Como todas as outras cidades planejadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, situa-se sobre o espigão regular acompanhado pela rodovia principal.

(Foto ORLANDO VALVERDE, maio 1948)

A estrada de ferro neste ano chegava a Londrina e em 1941, a "Apucarana", então um lugarejo que, no começo de 1944, já era elevado à categoria de cidade. Nesta ocasião, a frente pioneira já penetrara mais para oeste e "Mandaguari" era o ponto mais avançado da colonização, não passando de um pequeno povoado, o mesmo se dando com "Pirapó" e "Jandaia", onde as primeiras clareiras tinham sido abertas há pouco.

Continuando em seu avanço a frente pioneira atingiu "Marialva" e, finalmente, "Maringá", situada a 127 quilômetros a oeste de Londrina. É Maringá a mais recente das cidades criadas pela Companhia de Terras; sua fundação

data de maio de 1947 e ela está destinada a ser o grande centro comercial da região

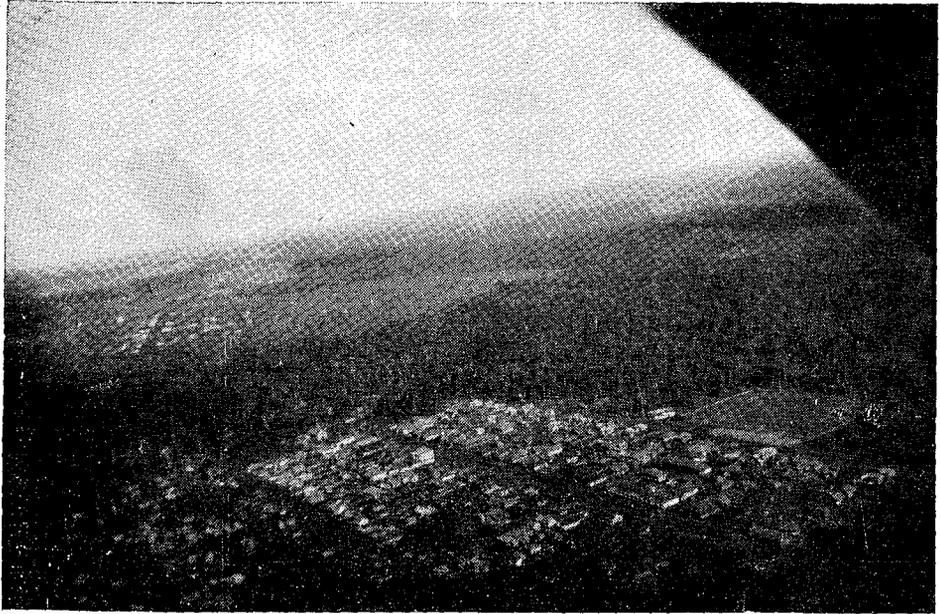


Foto 19 — Vista aérea de Maringá em fevereiro de 1948. No primeiro plano vê-se a parte velha da cidade, então com dois anos e ao fundo, as primeiras construções no que será o centro da grande cidade, planejada pela C. T. N. P. Entre as duas partes da cidade, faixa de mata. À direita, no fundo, vê-se a grande extensão ainda coberta pela mata virgem interrompida apenas por uma ou outra clareira.

(Foto PRIMEIRO)

De 1947 a 1948, progrediram as derrubadas ao longo da estrada-tonco até quase o limite ocidental da propriedade da Companhia. De Maringá para oeste, já se via em maio de 1948 derrubadas com cafeeiros novos, culturas de mamona, algodão e milho até uma distância aproximada de 20 quilômetros onde se situava o Patrimônio Guadiana então representado apenas por uma casa. Mais adiante, não se via mais nenhuma derrubada a não ser as que assinalavam as futuras sedes de patrimônios, o último dos quais, Capelinha, constava apenas de um hotel. Seguia-se a mata fechada, atravessada apenas pela estrada que, deixando as terras da Companhia, dirige-se para Paranavaí e Pôto São José.

O êxito da colonização empreendida pela C. T. N. P. suscitou uma grande procura pelas terras que ainda permaneciam inaproveitadas. Nesta região compreendida entre o Ivaí e o Paranapanema possuía ainda o governo grandes extensões de terras devolutas. Além disto, anulando em 1934 algumas das concessões anteriormente feitas, por não terem sido cumpridas as obrigações contratuais (A. Alves de Almeida e Cia. Marcondes por exemplo), o estado viu-se novamente senhor de grandes extensões de terras ainda virgens ou quase, cuja colonização empreendeu desde 1939.

Entre as terras de domínio da Companhia de Terras Norte do Paraná e o rio Tibaji, permaneceria de posse do governo uma gleba que, embora não muito extensa e situada em terreno acidentado, era grandemente favorecida pela proximidade de Londrina e a presença da estrada de ferro e da rodovia que a atravessam para atingir esta cidade. Parte desta gleba foi concedida em 1935

ao Eng. FRANCISCO GUTIERREZ BELTRÃO que, no mesmo ano, iniciou os trabalhos de loteamento e construção de estradas <sup>48</sup>.



Foto 20 — Serraria e fábrica de compensados instalada na borda da mata, na frente pioneira que então não ultrapassava o município de Londrina

(Fototeca do CNG)

Em 1936 já havia 178 lotes ocupados, com área média de 10 alqueires, aí tendo sido iniciado o plantio de café, nas áreas mais elevadas, vendo-se culturas variadas e criação de gado nas terras baixas impróprias para aquele cultivo. Em 1937 foi fundada a sede da colônia no quilômetro 195 da Estrada de Ferro Paraná onde rapidamente se desenvolveu a vila, hoje cidade, de "Ibipoa". Em poucos anos toda a área da concessão estava ocupada, por elementos de origens diversas, atraídos pela propaganda da Cia de Terras Norte do Paraná que tornou conhecida de todo o Brasil a extraordinária fertilidade da região.

Paralelamente, realizou-se, pelo estado a colonização da parte restante da gleba, a faixa marginal do rio Tibaji, abrangendo um total de 5 783 hectares. Em 1941 achava-se esta colônia totalmente ocupada, e os lotes quase todos demarcados, com área máxima de 24 hectares <sup>49</sup>. Constituída em sua maior parte por terrenos de relevo acidentado, com altitudes que variam de 350 a 500 metros, na faixa marginal do Tibaji houve um número reduzido de lotes próprios para a cultura cafeeira vendidos a Cr\$ 100,00 o hectare, enquanto os restantes, muito baixos para o café, foram alienados aos colonos ao preço de Cr\$ 50,00 o hectare, sendo aproveitados para outras culturas, como a da cana de açúcar.

<sup>48</sup> Lei de 8 de agosto de 1935 De acordo com a lei n.º 1 203, de 8 de maio de 1933, fôra estabelecido que seria excluída desta gleba uma faixa marginal ao Tibaji a ser demarcada pelos contratantes sem ônus para o estado

<sup>49</sup> Secretaria da Viação e Obras Públicas: cadastro da 4.ª Inspeção

Ao norte e a oeste dos domínios da Cia. de Terras Norte do Paraná, o Departamento de Terras e Colonização criou a partir de 1939<sup>50</sup>, uma série de colônias destinadas à localização de elementos nacionais São elas as colônias Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor, Pagu e Paranaíba, fundadas com exceção desta última, nas terras da ex-concessão, A. Alves de Almeida<sup>51</sup>. Gozam estas colônias, principalmente as duas primeiras, Içara e Jaguapitã, das vantagens proporcionadas pela proximidade da área de colonização da Cia. de Terras Norte do Paraná, com suas estradas, sua via férrea e suas cidades que já constituem importantes mercados para os produtos agrícolas da região.

As colônias Içara e Jaguapitã situam-se no vale do rio Bandeirante do Norte, variando as altitudes aí observadas de 400 metros à margem deste rio, a 600 ou 650 metros nos espigões que separam seus afluentes. Apesar da terra roxa já apresentar nesta área maior porcentagem de sílica do que as chamadas terras roxas legítimas, pois aí se dá o contacto com o arenito Caiuá que recobre o *trapp*, os solos destas colônias ainda são relativamente ricos e, nos níveis superiores a 500 metros, próprios para a lavoura cafeeira.

O plano inicial da colonização desta parte sudeste da ex-concessão A. A. de Almeida visava à fundação de uma só colônia. Todavia, a dificuldade de estabelecimento de comunicações entre as duas margens do rio Bandeirantes do Norte e suas condições de acesso independente conduziram à criação de duas colônias distintas, Içara e Jaguapitã<sup>52</sup>, comunicando-se, respectivamente com Arapongas e Rolândia.

Dispondo de bons solos, clima saudável, boas estradas e comunicações diárias com Londrina, a colônia Içara atraiu desde logo grande número de colonos de todas as raças vindos do estado de São Paulo, do próprio Paraná e dos outros estados do Sul.

Em 1941 já estava com suas duas glebas totalmente ocupadas. A área dos lotes rurais varia de 10 a 200 hectares, de acordo com as condições do terreno, pois o loteamento obedeceu à norma geralmente adotada nos lotes destinados ao plantio do café, limitados a um tempo pela linha dos espigões e o fundo do vale. Em geral, dois terços da área destes lotes rurais se situam a altitudes superiores a 450 metros, prestando-se, assim, à cultura do café. Em fins de 1941 já se havia completado o plantio de 400 000 pés de café, procedendo-se à cultura de arroz e batata nos locais em que a terra é mais arenosa<sup>53</sup>.

Nas duas glebas situadas à margem direita do rio Bandeirantes do Norte, que vieram a formar posteriormente a colônia Jaguapitã, a ocupação espontânea por nacionais precedeu a demarcação e a medição dos lotes, iniciada em 1943.

Dada a grande quantidade de ocupantes que aí mantinham suas lavouras, foram projetados lotes de área reduzida, 31 hectares em média, o que foi facilitado, aliás, pela disposição mais ou menos regular dos afluentes do Bandeirantes do Norte. No povoado de São José, hoje Jaguapitã, cercado por 50 pequenos lotes destinados a chácaras, foi instalada a sede da colônia.

<sup>50</sup> Em cumprimento à portaria n.º 8 568, de 1939.

<sup>51</sup> As colônias Interventor e Pagu ainda se acham em fase de demarcação e loteamento (1950).

<sup>52</sup> Tombamento Geral das Colônias.

<sup>53</sup> Idem.

Separada de Jaguapitã por extensa área ainda virgem, apenas atravessada por uma estrada pela qual se deu a penetração, criou-se a 40 quilômetros daquela sede a colônia Centenário cuja demarcação, iniciada em 1944, foi terminada em 1946. Logo foram iniciadas as primeiras derrubadas, formando-se aí uma nova frente pioneira. Esta avança atualmente para o norte, ao longo da estrada, aberta em 1948, que liga estas colônias a Porecatu e à zona marginal do Paranapanema, povoada desde 1942 por elementos vindos diretamente de São Paulo, que aí estabeleceram grandes fazendas de café e também de cana de açúcar, cuja produção se destina a uma usina aí instalada. Embora esta ligação já esteja realizada, ainda não se encontraram as duas correntes povoadoras, vindas de São Paulo e do Sul, separadas ainda, em meados de 1950, por uma faixa de matas de 20 quilômetros de extensão.

A oeste das terras de propriedade da Companhia de Terras Norte do Paraná estende-se, por mais de 100 quilômetros, até o rio Paraná, vasta gleba de domínio do estado, aproveitada para a fundação da colônia Paranavaí. Em sua parte sudeste, junto à divisa da Cia. de Terras Norte do Paraná, foi construída a sede, a 78 quilômetros, de Maringá e 305 de Londrina, em situação que permite fácil comunicação com os lotes rurais da colônia. Nesta área, por ocasião do início da demarcação, em 1942, achavam-se radicados apenas dois habitantes, remanescentes da antiga Fazenda Brasileira, uma *Plantation* de café que aí tinha sido tentada sem êxito há cerca de dois decênios.

De constituição arenosa, as terras da colônia Paranavaí, embora revestidas de mata, são pouco férteis, não se prestando à lavoura cafeeira, o que constitui, sem dúvida uma grande desvantagem em relação às outras colônias do Norte do estado, desvantagem, aliás, acrescida pela maior distância dos mercados para colocação da produção agrícola, Apucarana e Londrina. Todavia, verificou-se para esta colônia um afluxo considerável de colonos, muitos dos quais, já radicados na zona norte do estado, procuravam, assim, tornar-se proprietários, atraídos pelo preço reduzido fixado pelo estado e as facilidades de pagamento em prestações anuais.

Em 1947 já se achavam demarcadas duas glebas, com um total de mais de 400 lotes e área média, respectivamente, de 129 a 98 hectares, tendo sido construídas estradas coloniais para atender às necessidades de transporte da produção agrícola. Nas outras glebas cujo loteamento foi feito desde então, a rede hidrográfica escassa impediu a divisão em lotes pequenos, todos eles com servidão de águas. Aliás, a situação da maior parte destas glebas nas encostas dissecadas e pouco elevadas do baixo Ivaí também induziu o estado que não podia construir uma rede de estradas satisfatórias, a estabelecer nestas áreas não mais lotes coloniais pequenos, mas propriedades de tamanho médio, alcançando mesmo 500 hectares, logo requeridas por numerosos interessados.

Em conseqüência da colonização promovida nos últimos vinte anos, por particulares, como também, recentemente, pelo estado, o Norte do Paraná que até então não passava de um vasto sertão desabitado é, atualmente, uma das zonas mais prósperas do estado. A frente pioneira avançou nesta região com uma extraordinária rapidez, ao longo do espigão divisor entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema aproveitado pela estrada-tronco da Companhia de Terras.

Encontramos, assim, no norte do Paraná, uma zona pioneira cujo avanço se fez por continuidade, numa expansão regular, e também, junto ao Paranapanema várias pequenas frentes locais que tendem a alcançar a zona já povoada do grande divisor.

### A evolução das zonas pioneiras no Paraná e a marcha do povoamento no 3.º planalto

Estudando a marcha do povoamento no 3.º planalto do estado do Paraná, somos levados a distinguir em seu processamento duas modalidades distintas. Em alguns casos houve apenas um avanço lento e gradual do povoamento, sem dar origem a nenhum movimento importante de população, nem à formação rápida de numerosas cidades e vilas.

Este movimento, interrompido, às vezes, por um certo período, para depois ser reencetado, do ponto de vista econômico não teve grande significação, pois não chegou a representar aumento real de riquezas

Foi esta a situação dominante no oeste do estado, onde as terras devolutas ou particulares que margeiam as vias de penetração foram sendo ocupadas por pioneiros caboclos que aí praticaram, por algum tempo, uma agricultura primitiva, embrenhando-se, depois, mais adiante na floresta.

A este tipo de ocupação espontânea e desordenada corresponde a penetração verificada desde o comêço do século ao longo da estrada para Foz do Iguaçu, bem como no divisor Xopim-Iguaçu. O mesmo se deu ao norte e noroeste de Guarapuava, onde o povoamento por caboclos e colonos em 1920 já atingia Pitanga e em 1940 Campo Mourão. Movimento semelhante teve início por volta de 1920 em direção ao norte do estado, atingido em Faxinal de São Sebastião por uma leva de caboclos e colonos que iniciaram sua ocupação nos moldes que ainda caracterizam o oeste.

Observando os mapas que representam a marcha do povoamento no Paraná, verifica-se que de 1900 a 1920 e 1940 este tipo de desbravamento progrediu enormemente, ao longo dos divisores Ivaí-Piquiri e Piquiri-Iguaçu, conquistando à mata virgem larga faixa de terras. Até 1940 não se pode, no entanto, distinguir nesta zona nenhuma frente pioneira ativa, no sentido restrito da expressão.

Houve, de fato, o avanço da fronteira demográfica, mas este avanço não se processou para dar lugar a uma ocupação efetiva e a um aproveitamento econômico real das áreas desbravadas, mas somente a uma ocupação escassa e nucleada, por elementos que, muitas vezes vivem à margem da civilização, sem nenhum contacto com as áreas povoadas do leste

Em vista de todos estes fatores, o oeste do Paraná, embora em alguns pontos seu povoamento já date de meio século ou mais, conserva ainda um certo caráter pioneiro, dada a escassez de sua população, a falta de contacto com os grandes centros e o primitivismo que caracteriza o aproveitamento da terra por seus povoadores. Não pode, no entanto merecer o epíteto de zona pioneira a não ser nas colônias estabelecidas recentemente pelo govêrno federal ou estadual ou por particulares (Toledo), visando à ocupação progressiva e definitiva das

reservas de terra virgem ainda existentes. Só neste caso se pode reconhecer realmente frentes pioneiras dinâmicas (vide fig. 12)

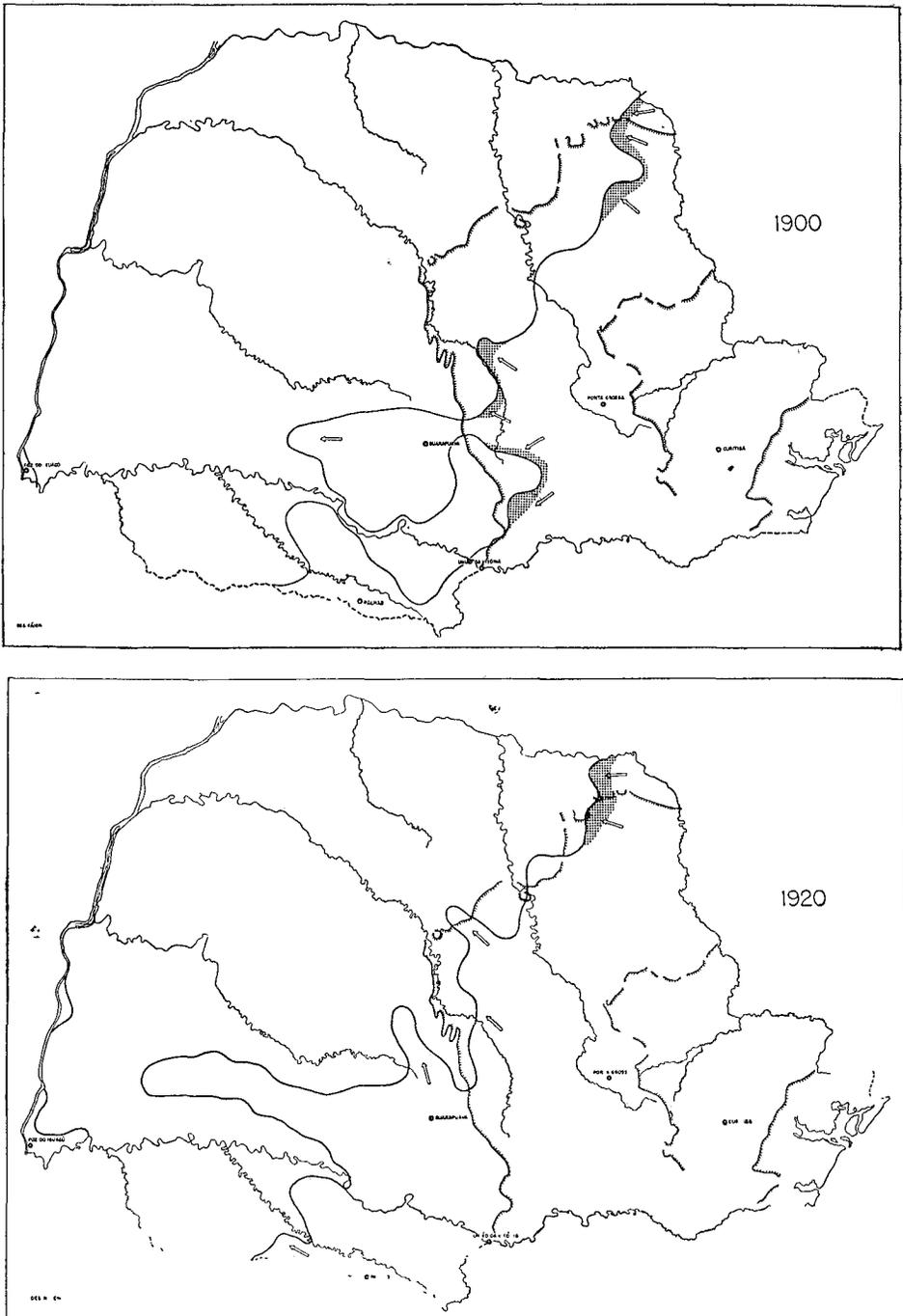


Fig 11 — Limites da zona povoada em 1900 e 1920. As setas indicam o avanço do povoamento e o "grisé" as frentes pioneiras ativas

Ao contrário do que se verificou no terceiro planalto ao sul do Ivaí, o norte do estado permaneceu por mais tempo totalmente desabitado. Seu povoamento se processou rápida e efetivamente, de forma regular, avançando as derrubadas

para oeste de maneira contínua e progressiva. Favorecido de um lado por uma série de fatores de ordem física dentre os quais se sobressaem a presença da terra roxa e de um clima subtropical, favoráveis à cultura cafeeira, e, por outro lado, pelas vantagens decorrentes da maior proximidade de São Paulo, o Norte do Paraná atraiu uma forte corrente povoadora, interessada pelas possibilidades de um aproveitamento agrícola rendoso, tendo por base o plantio do café. Como resultado deste afluxo, formou-se um núcleo de população densa, onde as cidades e vilas se multiplicam dia a dia.

Entre 1900 e 1920 a zona pioneira progrediu relativamente pouco no norte do estado (vide fig. 11) em comparação com o que se verificou no povoamento do oeste que então apresenta sua expansão máxima. A explicação desta diferença reside, em grande parte, na maneira distinta como se processou seu povoamento. De fato no oeste o intruso penetrava a pé ou quando muito com sua canoça, e sua economia fechada não exigia contacto freqüente com os centros povoados, bastando-lhe uma picada para tocar os porcos por ocasião da safra. Enquanto isto, no norte do estado a penetração se fazia em função do avanço da cultura cafeeira e esta dependia estreitamente, como depende até hoje, das comunicações fáceis com os grandes mercados. Até 1920, o transporte era feito essencialmente pelas vias férreas e ainda não tendo estas ultrapassado o Paranapanema, pouca ou nenhuma vantagem havia em estender muito a oeste as derrubadas e os cafézais.

Ao período que se seguiu, de 1920 a 1940, corresponde um progresso extraordinário da zona pioneira do norte do estado. Ao êxito da colonização promovida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, estreitamente ligado à penetração da ferrovia e à construção de estradas de rodagem, aliaram-se as iniciativas de outras firmas particulares e, também, mais recentemente a do estado. A C T N P deve-se a penetração em ponta de lança ao longo do grande espigão Ivaí-Paranapanema, continuada depois de 1945 pelo estado, na zona de Paranavaí, dirigindo-se, assim à confluência Paranapanema-Paraná.

Em seus flancos laterais esta grande frente foi atingida por penetrações isoladas oriundas do vale do Paranapanema e, também, recentemente, da zona de colonização oficial de Campo Mourão. Aí encontramos, atualmente, frentes pioneiras dinâmicas, que representam a expansão da grande zona pioneira do Norte do Estado (vide fig. 12).

A marcha do povoamento no 3º planalto do Paraná não ocorreu portanto, de maneira regular. Não se realizou uma expansão por contiguidade, para oeste, em direção ao rio Paraná. Não houve aí como no Middle-West americano, exemplo clássico de zona pioneira, uma faixa contínua e regular ao longo da qual se dava o contacto entre as áreas despovoadas e as zonas efetivamente ocupadas e economicamente aproveitadas. O povoamento do oeste do Paraná se processou, via de regra, aos saltos, por núcleos isolados, largamente afastados uns dos outros, como de seus centros de origem. No espaço intermediário permaneceu muitas vezes o vazio, apenas atravessado pelos vias de penetração. Por outro lado, estas vias abertas para ligar os pequenos núcleos isolados aos grandes centros do leste, ao invés de atraírem uma população numerosa e trabalhadora facilitaram a penetração dos caboclos e colonos semi-nômades sempre à procura de terras a desbravar. Houve um avanço rápido do desbravamento,



A frente pioneira clássica só dificilmente pode ser encontrada e, mesmo assim, em extensões limitadas. O traçado das frentes pioneiras atuais só pode ser esboçado no norte do estado e nas áreas coloniais recentes no vale dos rios Xopim-Iguaçu, entre o Ivaí e o Piquiri e, também, no alto vale do rio São Francisco (Toledo)

Nas outras áreas é difícil, senão impossível, estabelecer um limite nítido entre as áreas colonizadas e a colonizar. A frente demográfica limitando a área ainda não desbravada ou penetrada pelo homem não representa, na verdade, a divisa da zona colonizada e efetivamente ocupada.

Em vista deste tipo de povoamento já são raras no oeste do Paraná as terras realmente virgens, mas ainda há vastas áreas de mata inaproveitadas, sua população é ainda extremamente dispersa e pouco numerosa e sua colonização deve prosseguir em novas bases.

Novas frentes pioneiras se abirão certamente na retaguarda da grande fronteira demográfica, quando se proceder à verdadeira colonização destas áreas.

## BIBLIOGRAFIA

### *Livros, Folhetos e Periódicos*

- CAVALCANTI BEBNARDES, Lysia Maia — “Excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina e a zona pioneira do Norte do Paraná” (114<sup>a</sup> cartilha geográfica realizada em 19-6-1945) *Boletim Geográfico*, ano III, n<sup>o</sup> 28, julho de 1945
- MAACK, Reinhard — “Breves Notícias sobre a geologia dos estados do Paraná e de Santa Catarina” *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, vol. II. Curitiba 1947, pp 67 a 154, ilustrações
- “Notas preliminares sobre o clima, os solos e a vegetação do estado do Paraná”. 226 p ilustrações. Separata dos *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, vol. III Curitiba, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas 1948
- MARTINS, Romário — *Quantos somos e quem somos* (Dados para a História e a Estatística do Povoamento do Paraná), XVI, 214 pp 8 tabs Curitiba, Gráfica Paranaense 1941
- MONBEIG, Pierre — *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* 292 pp ilustr. Livraria Martins, São Paulo, 1940
- RIBEIRO, Eulico Bianco — *Esbôço da história do oeste do Paraná*, Diretório Regional de Geografia Publicação n<sup>o</sup> 1 Curitiba, 93 pp, s/data
- SILVA, Cleto — *Apontamentos históricos da União da Vitória 1768-1933* 25 pp ilustr. Curitiba, 1933

### *Relatórios*

- 1857 — VAZ DE CARVALHAIS, José Antônio — *Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup> Sr. D. Francisco Liberato de Matos, Presidente da Província do Paraná, pelo 2<sup>o</sup> Vice-Presidente, sobre o estado da administração da mesma Província no ano de 1857*
- 1860 — CARDOSO, José Francisco — *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná pelo Presidente em 1860*
- 1870 — CARVALHO, Antônio Luís Afonso de — *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 1<sup>a</sup> sessão da 9<sup>a</sup> Legislatura pelo Presidente no dia 15 de fevereiro de 1870*

- 1872 — OLIVEIRA, Venâncio José de — *Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr Presidente abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 10<sup>a</sup> Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872*
- 1901 — CERQUEIRA, Artur Pedreira de — *Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Bacharel , Secretário de Estados dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de dezembro de 1901*
- 1905 — BELTRÃO, Francisco Gutierrez — *Relatório da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Ano de 1905*
- 1907 — — *Relatório da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Ano de 1907*
- 1923 — MUNHOZ, Alcides — *Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná Ano de 1923*
- 1926 — — *Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná 1925-1926*

#### Inéditos

##### *Relatórios do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná*

- 1933 — MÄDER, Othon — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1933* (inédito)
- 1934 — — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1934* (inédito)
- 1935 — MARQUES, Acísio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1935* (inédito)
- 1936 — — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1936* (inédito)
- 1937 — — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização 1937* (inédito)
- 1939 — RIBAS, Antônio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1938-1939* (inédito).
- 1940 — RIBAS, Antônio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1940* (inédito)
- 1941 — RIBAS, Antônio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1941* (inédito)
- 1942 — RIBAS, Antônio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1942* (inédito)
- 1944 — RIBAS, Antônio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná 1943-1944* (inédito)
- 1947 — MARQUES, Acísio — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná em 1947* (inédito).

##### *Relatórios dos Comissariados e Inspetorias de Terras*

- 1935 — BELTRÃO, Duílio — *Relatório do 3<sup>o</sup> Comissariado de Terras 1935* (inédito)
- 1941 — MEDEIROS, Ulisses — *Relatório da 4<sup>a</sup> Inspetoria de Terras 1941* (inédito)
- 1941 — SILVA, Sadi — *Relatório da 5<sup>a</sup> Inspetoria de Terras 1941* (inédito)
- 1942 — FARIA, Francisco A — *Relatório da 4<sup>a</sup> Inspetoria de Terras 1942* (inédito)

##### *Cadastro das Colônias e Tombamento dos Serviços atinentes à Colonização*

- 1941 — Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná: *Cadastro das colônias da 4<sup>a</sup> Inspetoria, organizado pelo Departamento de Terras e Colonização, Curitiba, 1941, (inédito)*
- 1941 — Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná: *Cadastro das colônias da 5<sup>a</sup> Inspetoria, organizado pelo Departamento de Terras e Colonização, Curitiba, 1941 (inédito)*

- 1941 — Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná: *Cadastro das colônias da 6ª Inspeção, organizado pelo Departamento de Terras e Colonização* Curitiba, 1941 (inédito)
- 1947 — “Tombamento geral de todos os serviços atinentes à colonização e à medição em tratos isolados executados na zona norte e oeste do estado” *Relatório da comissão incumbida de organizá-lo, de conformidade com a portaria n.º 161, de 19 de maio de 1947*

*Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura*

- 1948 — *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura em 1948* (inédito)

*Relatórios de viagem*

- BERNARDES, Nilo — *Relatório da Viagem aos Estados do Paraná e Santa Catarina em 1948* (inédito)
- BERNARDES, Nilo — *Relatório da Viagem aos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1950* (inédito)
- CAVALCANTI Bernardes, Lysia Maria — *Relatório da Excursão aos Estados de Paraná e Santa Catarina em 1948* (inédito)
- EGLER, Walter Alberto — *Relatório da Viagem aos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1949* (inédito)
- VALVERDE, Orlando — *Relatório da Viagem aos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1949* (inédito)

*Mapas Gerais e Parciais*

- 1936 — Fôlha cadastral n.º 1 *Santo Antônio*, do município de Clevelândia — escala 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 2 *Dionísio Cerqueira*, do município de Clevelândia — escala 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 3, *Bom Retiro*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 4, *Clevelândia*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 5, *Palmas*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 6, *Foz do Santo Antônio*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 7, *Iguaçu e Capanema*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide)
- 1936 — Fôlha cadastral n.º 8, *Barra do Xopim*, do município de Clevelândia — escala: 1 : 100 000 1936 (cópia em ozalide).
- 1938 — *Mapa do Estado do Paraná* Organizado por ordem do governador do estado — Escala: 1 : 750 000 Secção Cartográfica da Cia Litográfica Ipiranga São Paulo Rio 1938.
- 1938 — *Terras devolutas e algumas colônias federais e particulares em 1938* Cópia sobre mapa impresso do estado do Paraná — Escala: 1 : 750 000 — de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná
- 1939 — *Mapa demonstrativo das terras devolutas e particulares existentes no noroeste do estado em 1939* Cópia sobre mapa impresso do estado do Paraná — Escala: 1 : 750 000 — de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná.

- 1942 — *Situação das colônias para nacionais organizadas pelo estado* Cópia sôbre mapa impresso do estado do Paraná — Escala: 1 : 750 000 — de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná
- 1942 — *Colônias Glebas Grandes* Cópia sôbre mapa impresso do estado do Paraná — Escala: 1 : 750 000 — de original do Departamento de Geografia e Terras e Colonização do Estado do Paraná
- 1942 — *Mapa cadastral da faixa da fronteira do estado do Paraná* Organizado e desenhado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização Escala: 1 : 200 000 Curitiba, 1942 (cópia em ozalide)
- 1942 — *Mapa do cadastro territorial da parte do município de Palmas* situada dentro da faixa da fronteira de 150 km, escala: 1 : 200 000, 1942 (cópia em ozalide)
- 1946 — *Mapa das colônias demarcadas, em demarcação e projetadas, com indicação das reservas florestais* Croquis em vegetal calcado sôbre original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, escala: 1 : 750 000)
- 1947 — *Situação dos trabalhos de colonização na região noroeste do estado em 1947* Escala: 1 : 500 000 (cópia em ozalide de original organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do estado do Paraná)
- 1948 — *Mapa do Estado do Paraná*, organizado e desenhado pelo Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Viação e Obras Públicas Escala: 1 : 500 000. 1948
- 1948 — *Situação dos trabalhos de colonização na região noroeste do estado em 1943* Escala: 1 : 500 000 Cópia em ozalide de original organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná
- Cadastro de Terras do Estado do Paraná* (Norte do Paraná) Áreas extensas de 6 000 ha para cima escala: 1 : 750 000 s/d (cópia em ozalide) e mapa organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná)
- Glebas territoriais de Foz do Iguaçu e Clevelândia* Cópia sôbre mapa impresso do estado do Paraná Escala: 1 : 750 000 de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná s/d.
- Colônias novas, projetos de colônias e projetos de reservas florestais* Croquis em vegetal calcado sôbre original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, escala: 1 : 750 000 s/d
- "*Grilos*" de Terras Cópia sôbre mapa impresso do estado do Paraná Escala: 1 : 750 000 — de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná s/d
- Cadastro de Terras* Áreas extensas de 6 000 hectares para cima localizadas nos municípios de Palmas, União da Vitória, Guarapuava e Pitanga Escala: 1 : 750 000 s/d (cópia em ozalide) de mapa organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná

*Plantas de colônias, concessões e loteamentos particulares*

- Abóboas e Ribeirão do Inferno*, conjunto das glebas colonizadas entre as sedes Ibiçoiã e e Jataí, terreno ... escala: 1 : 20 000 (cópia em ozalide)
- Antônio Alves de Almeida, conjunto da ex-concessão . escala: 1 : 100 000 (cópia em ozalide).
- Barra Bonita* Conjunto das medições entre a estrada União da Vitória-Palmas e o rio Jangada, indicando a situação das terras do estado demarcada, para os ocupantes no lugar . . escala: 1 : 100 000 (cópia em ozalide).
- Benjamim Constant*, Gleba n° 1, planta da colônia escala: 1 : 100 000 reduzida do original em 1 : 10 000 (cópia em ozalide)
- Benjamim Constant* Lotes demarcados 2ª parte da gleba n° 1 Benjamim da colônia .. Distrito e município de Foz do Iguaçu — escala: 1 : 100 000 1949 (cópia em ozalide).

- Benjamim Constant*, Lotes demarcados 1ª parte da gleba n° I Benjamim da colônia ... Distrito e município de Foz do Iguaçu, escala: 1 : 20 000 1949 (cópia em ozalide)
- Benjamim Constant*, Gleba n° 2 planta da colônia escala: 1 : 100 000 Redução do original em 1 : 10 000 (cópia em ozalide)
- Britânia*, Planta da Vila Toledo, sito na Fazenda no município de Foz do Iguaçu, escala: 1 : 2 500 1949 (cópia em ozalide)
- Britânia*, Planta do 4º peímetro, parte da Fazenda sito no município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, propriedade da Industrial Madeieira Colonizadora Rio-Paraná S A escala: 1 : 10 000 1949 (cópia em ozalide)
- Britânia*, Planta da Fazenda município de Foz do Iguaçu Escala: 1 : 100 000 (cópia em ozalide)
- Britânia*, Planta da área medida na Fazenda , propriedade da Industrial Madeieira Colonizadora Rio-Paraná S A , escala: 1 : 10 000 1949 (cópia em ozalide)
- Cambará*, município de escala 1 : 50 000 1936 (cópia em vegetal de original da Prefeitura Municipal de Cambará)
- Campo Mourão*, planta do patrimônio .. 1944 (cópia em ozalide da redução do original em 1 : 50 000)
- Cantu*, Planta da colônia , gleba n° 1, Barra Bonita — município de Guaiapuava, Distrito de Campo Mourão Departamento de Geografia, Terras e Colonização 1942 — escala 1 : 10 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Mapa Geral Escala: 1 : 500 000 1939 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Mapa das estradas de rodagem Escala: 1 : 250 000 1946 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° I — Colonização das glebas dos ribeirões Três Bôcas, Jacutinga e Vermelho, escala: 1 : 80 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° II — Colonização das glebas dos ribeirões Bandeirantes do Norte e Pinapó Escala: 1 : 80 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° III — Colonização das glebas dos ribeirões Cambará, Cambiá, Nova Ucraina e Barra Nova Escala: 1 : 80 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° IV — Colonização das glebas dos rios Bom e Pinapó Escala: 1 : 80 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta da gleba do patrimônio Maringá Escala: 1 : 20 000 1947 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° V — Escala: 1 : 80 000 (cópia em ozalide)
- Companhia de Terras Norte do Paraná* Planta parcial n° VI — Escala: 1 : 80 000 1947-48 (cópia em ozalide)
- Cruz Machado* Planta do núcleo colonial escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide)
- Doutor Afonso*, Mapa das terras medidas na colônia Empresa Colonizadora Meyer Annes e Cia Ltda 1 : 100 000 s/d (cópia em ozalide)
- Faxinal de São Sebastião*, Planta da colônia escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide)
- General Osório*, Colônia agrícola escala: 1 : 20 000 (cópia em ozalide)
- Içara*, Planta da colônia , glebas ns 1 e 2, pertencente ao estado do Paraná Escala: 1 : 100 000 1945 (cópia em ozalide da redução do original em 1 : 20 000)
- Içara* Planta da gleba n° 1 da colônia , município de Londrina 1º Comissariado de Terras. Escala: 1 : 10 000 1938 (cópia em ozalide)
- Içara* Planta da gleba n° 2 da colônia , município de Londrina. 1º Comissariado de Terras Escala: 1 : 10 000 1939 (cópia em ozalide)

- Içara* Planta da gleba n° 3 da colônia . . , município de Londrina 1.º Comissariado de Terras Escala: 1 : 10 000. 1943 (cópia em ozalide).
- Iguaçu* Planta do terreno denominado . . , requerido por Miguel Mate. Escala: 1 : 200 000 (cópia em ozalide).
- Jaguapitã*, Planta da colônia . . , glebas ns 1 e 2, pertencentes ao estado do Paraná Escala 1 : 100 000. 1945 (cópia em ozalide da redução do original em 1:50 000).
- Jaguapitã e Içara* Planta das colônias . . escala: 1 : 200 000 1944 (cópia em ozalide da redução do original em 1 : 50 000).
- Jaguapitã*, Planta da gleba n° 1 da colônia . . município de Sertanópolis Escala: 1:10 000. 1943 (cópia em ozalide)
- Jaguapitã* Planta da 1ª parte do gleba n° 2 da colônia . . município de Sertanópolis. Escala: 1 : 10 000 1943 (cópia em ozalide)
- Jaguapitã* Planta da 2ª parte da gleba n° 2 da colônia . . município de Sertanópolis. Escala: 1 : 10 000 1943 (cópia em ozalide)
- Mourão* Planta de conjunto das glebas nos 3, 5, 7, 9, 11, 13 da colônia Mourão. Distrito de Campo Mourão município de Pitanga Escala: 1 : 50 000 1946 (cópia em ozalide).
- Paranavaí*, Conjunto da colônia . . Escala: 1 : 100 000 (cópia em ozalide)
- Pato Branco*, Planta da colônia de nacionais . . Escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide)
- Paula e Silva*, Concessão . . Escala: 1 : 200 000 (cópia em ozalide)
- Primeiro de Maio*, Planta da colônia . . Escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide)
- Rio Bom*, Planta geral da colônia . . Escala: 1 : 50 000, 1950 (cópia em ozalide)
- Rio Bom* Planta do núcleo do patrimônio . . (parcial) Escala: 1 : 100 000, 1943 (cópia em ozalide da redução do original em 1 : 10 000)
- Rio das Cobras* Planta do terreno denominado . . , Propriedade da Cia Colonizadora e Mercantil Paranaense S A. Escala: 1 : 50 000, 1936 (cópia em ozalide)
- São João* Planta do núcleo da colônia Foz do Iguaçu, concedida a Miguel Mate Escala: 1 : 20 000 (cópia em ozalide)
- Sertanópolis* Colônia . . município de São Jerônimo. Planta de toda a concessão coronel Leopoldo de Paula Vieira e parte da concessão Dr Paula e Silva, com loteamento completo já aprovado pelo governo do estado Escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide)
- Santa Bárbara* Planta (parcial) de lotes coloniais da colônia . . escala 1 : 40 000 (cópia em vegetal de original do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná)
- Três Barras* Planta da fazenda . . município de Jataí norte do Paraná Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda Escala: 1 : 50 000 (cópia em ozalide):
- Xopim*, Planta da ex-colônia militar do . . Localização dos direitos revalidados e das concessões e projeto antigo de loteamento
- Xopim e Manguevinha*, Mapa de conjunto de terras demarcadas nos distritos judiciários de . . escala: 1 : 100 000 (cópia em ozalide)
- Zacarias de Góis* Planta da colônia . . pertencente a MANUEL FIRMINO DE ALMEIDA Escala: 1 : 200 000. 1944 (cópia em ozalide de redução do original em 1:50 000)

## RÉSUMÉ

D'une manière générale, lorsque l'on pense à un front pionier on imagine une ligne continue qui établit une division entre les régions encore vierges et la bande de terrains défrichés, où le peuplement commence à se fixer

Dans l'ouest du Paraná, on ne trouve pas un front pionier classique, en vertu du fait que le peuplement n'a pas avancé d'une manière régulière comme une vague, mais, au contraire, il s'est manifesté par groupes isolés, et séparés, parfois, les uns des autres par quelques dizaines de kilomètres de forêts vierges. D'un autre côté, les terrains du gouvernement ou privés qui se trouvent le long des routes et des chemins ont été, très souvent, occupés provisoirement par des pionniers colons ou indigènes qui y ont mis en pratique, pendant quelque temps, un système primitif d'agriculture, et se sont, ensuite, enfoncés plus loin dans la forêt. On constate, ainsi, que, en certains points, quoique leurs peuplements date de bien plus d'un demi siècle, l'ouest

du Paraná conserve encore un certain aspect pionier, vu la faible population, le manque de contacte avec les grands centres et le primitivisme qui caractérise l'utilisation du sol par ces habitants. On ne peut pas, par conséquent, donner à cette région l'épithète de zone pionnière et elle ne peut s'appliquer qu'aux colonies établies récemment par le gouvernement fédéral ou de l'état et qui ont pour but l'occupation progressive et définitive des réserves de terre vierge encore existantes.

Au contraire de ce qui est arrivé relativement au troisième plateau qui se trouve au sud de Ivaí, le nord de l'état est demeuré plus longtemps totalement sans habitants et son peuplement se fait d'une manière régulière, le défrichement avance progressivement vers l'ouest, non pas sous la forme d'une bande continue, mais comme une pointe de lance dirigée vers la confluence du Paranapanema avec le Paraná. Là, on rencontre, réellement, un front pionnier et une zone pionnière classique dont l'avancement peut être accompagné.

Le tracé du front pionnier actuel du Paraná, ne peut être, par conséquence, esquissé, que dans le nord de l'état et dans la région des colonies récentes, dans la vallée du Xopim et entre les rivières Ivaí et Piquiri. Dans d'autres zones comme dans celle qui est comprise entre les rivières Piquiri et Iguaçú, l'ouverture d'une route a provoqué, bien des fois, un avancement rapide du défrichement, lequel, cependant, n'a pas été accompagné d'une occupation définitive du sol. Et, lorsqu'on rencontre au long de ces routes de pénétration, ici et là, quelques habitants ou un petit village, on remarque que la forêt vierge reste encore partout à une petite distance de la route. Cette forêt vierge ne se trouve pas être, dans la plupart des cas, défrichée par un front pionnier, lequel, s'il existe, doit être un front stationnaire qui n'a que peu ou pas du tout avancé pendant un demi siècle.

L'étude des zones et des fronts pionniers du Paraná montre l'impossibilité d'établir, dans une grande partie de l'état, une limite bien définie entre les aires déjà colonisées ou à coloniser. Ce fait, est une conséquence logique du type de colonisation en petites agglomérations ou spontanée qui a prédominé jusqu'il y a quelques dizaines d'années dans tout l'ouest de l'état. Il n'y avait pas une zone pionnière avançant régulièrement vers l'intérieur, laissant derrière elle une aire défrichée et occupée d'une manière effective. Devant ce système de colonisation, les terrains réellement vierges sont déjà rares dans l'ouest de l'état, mais la population y est encore très faible et la colonisation de la région mentionnée doit se faire en se basant sur d'autres principes, ce qui a déjà été fait par le gouvernement dans les colonies qu'il a créées récemment et par la Compagnie des Terres du Nord du Paraná, dans le nord de l'état, où elle a pleinement réussi.

#### RESUMEN

Este trabajo es un estudio del problema de las frentes pioneras en el Estado de Paraná. La frente pionera en general es considerada una línea continua limitando las regiones aun vírgenes y la faja en que se processan la penetración y el desenvolvimiento.

Al oeste de Paraná no se encuentra una frente pionera clásica porque el poblamiento que se dió por núcleos aislados a veces por varios kilómetros de tierras vírgenes.

Por otro lado las tierras devolutas o particulares que marginan las estradas y caminos han sido muchas veces ocupadas provisionalmente por pioneros caboclos o colonos que practicarón ahí una agricultura primitiva, y se embreñaron despues en la foresta.

El poblamiento de algunos lugares tiene más de 50 años pero el oeste de Paraná conserva un cierto carácter pionero, debido a su escasa población, al aislamiento de los grandes centros y al primitivismo del aprovechamiento de la tierra usado por los habitantes. Sólo a las colonias establecidas recientemente por el gobierno federal o estadual puede aplicarse o título de pioneras.

Al contrario de lo que ocurrió en el tercer planalto al sur de Ivaí, el norte del Estado quedó durante más tiempo completamente despoblado y su poblamiento ha sido hecho regularmente. Las "derrubadas" avanzan progressivamente hacia el oeste, no en forma de una faja uniforme, sino como una punta de lanza vuelta para la confluencia Panapanema-Paraná.

El trazado de la frente pionera actual en el Estado de Paraná puede ser esbozado solamente al norte y en las zonas de colonización recientes, en el valle del Xopim y entre los ríos Ivaí y Piquiri. En otras como la que está situada entre el río Piquiri y el Iguaçú, la construcción de una estrada o "picada" determinó, muchas veces, el avance rápido de la penetración, pero esta no fué acompañada de una ocupación efectiva del suelo.

A lo largo de estas vías de penetración se encuentran aquí y allí algunos habitantes o un pequeño pueblo, pero próximo de sus márgenes se alcanza la mata vírgen. Esta en su mayoría no sufre la penetración de una frente pionera, la cual, si existe, poco o nada progredió en el periodo de 50 años.

El estudio de las zonas y frentes pioneras en el Estado de Paraná, muestra la imposibilidad de establecer, en gran parte del Estado, un límite definido entre las áreas colonizadas y las áreas que no están colonizadas. Ello resulta del tipo de colonización que era usado hasta los últimos decenios en todo el oeste del Estado. No existía una faja pionera avanzando regularmente hacia el oeste, pero dejando una área abierta y efectivamente ocupada.

Debido a este sistema de colonización son raras al oeste de Paraná las tierras vírgenes, pero su población es muy escasa y su colonización debe proseguir de acuerdo con métodos nuevos. Es el sistema usado en las colonias recientemente instituidas por el Gobierno y, al norte del Estado, en las colonias fundadas por la "Companhia de Terras do Norte do Paraná" donde la iniciativa resulta feliz.

#### SUMMARY

In general when thinking of a pioneering frontier, we make an idea of a continuous line which would limit the still virgin regions and the region which is grubbed up.

In Paraná we cannot observe a classical pioneer frontier, because the pioneers of this area did not advance in a continuous stream, but they gathered in small groups, in some cases isolated from each other by many kilometers of virgin land. On the other hand, the private lands which margin the roads or the paths generally were populated temporarily by settlers or pioneer "caboclos" who at times they practiced a primitive agriculture and later on advanced into the jungle. In spite of the fact, that the grubbing up of Paraná and the first settlements go back to about 50 years, this State in some of its regions still has the characteristics of pioneering, and this, due to its small population, the lack of contact with the great centers and its inhabitant's primitive ways of cultivating the soil. However, we cannot call Paraná a pioneering region, except for the settlers there established by the Federal or State Government,

with the purpose of occupying progressively and definitely the existing reserves of the virgin land. It is only in this case that we can really recognize a pioneering frontier.

On the contrary of what was verified in the third table land (*plateau*) in the South of Ivaí, the northern part of the State was left completely deserted, and its exploration and grubbing up has been done in a regular manner, advancing toward the West, not in a form of a belt, but just like a spoke pointed to the confluence of the rivers Paranapanema-Paraná. There we can really find a pioneering frontier, a classical one, whose progress is easy to follow and observe. The line of the present pioneering frontier of Paraná, can be outlined, however, in the northern part of the State and the recent colonist areas in the valley of Xopim and between the rivers Ivaí and Piquiri. In other zones such as the one situated between the rivers Piquiri and Iguaçu, the opening of a road or a path caused lots of times a settlers rush which resulted the quick grubbing up of the country, but not the permanent settlement of colonists. Though along those paths of penetration we find here and there some inhabitants or a small gathering, within a short distance we have the virgin forest. However, this virgin forest most of the time is not grubbed up by pioneers and if there is a pioneer zone near the virgin woods, this zone is not spreading towards the forest, it does not try to penetrate into it.

The study of the zones and pioneering fronts of Paraná shows us the impossibility to establish, in most of the cases, a clear cut limit, between the colonized and those to be colonized areas. This fact is a logical consequence of the nuclear or spontaneous colonization, which till the last decade was common throughout the western part of the State. There was not any pioneering belt advancing regularly west, leaving behind it a grubbed up area and possessed land. In view of this system of colonization, it is very rare to find real virgin land in the southern region of the State of Paraná, however its population is extremely scanty and its colonization should be carried on in a different way, and we may say that this has been achieved in regards with the recently settled colonists, by the State Government. As to the settlements of the northern region of the State, the initiative of the "Companhia de Terras do Norte do Paraná" has been successful in its accomplishments.

#### ZUSAMMENFASSUNG

Im allgemeinen wird der Begriff "Pionierfront" als eine ununterbrochene Linie angenommen, die das noch unbewohnte Gebiet von den Landstreifen in dem die Waldrodung und die Besiedlung in gang sind abgrenzt.

Im westlichen Paraná aber ist eine solche klassische Pionierfront nicht zu unterscheiden da die Besiedlung nicht als eine regelmässige Welle sondern als unregelmässige Ausstecher, öfters mehrere Kilometer in der Wildnis hineingesetzt, sich abspielte. Andererseits wurden

Im westlichen Paraná ist aber eine solche klassische Pionierfront nicht zu unterscheiden da die Besiedlung sich nicht als eine regelmässige Welle sondern als unregelmässige, öfters mehrere Kilometer in der Wildnis hineingesetzte Ausstecher abspielte. Andererseits wurden die staatlichen oder partikularen Ländereien längs der Landstrassen und Weidewege durch "cabocios" Pioniere oder Kolonisten besetzt die hier in kurzen Zeitabständen ihre rohe Raubwirtschaft ausübten um dann weiter in den Urwald hineinzutreten. Das ist auch die Ursache weshalb obwohl in einigen Gebieten die Besiedlung schon über ein halbes Jahrhundert anfang das westliche Paraná im allgemeinen noch einen Pioniercharakter darstellt. Dieses kommt zum Ausdruck durch die Geringheit der Bevölkerung, die grosse Entfernung von der Grosstädten und die primitive Art und Weise der Landbenutzung. In Wirklichkeit kann eine regelrechte Pionierfront nur in den neuen Kolonien die die Staats- und Bundesregierung zur progressiven und endgültigen Besetzung der noch vorhandenen Landreserven angelegt haben.

Im Gegenteil als auf der dritten Hochstufe, südlich des Ivaí der Fall war, blieb das Nordteil des Staates längere Zeit unbewohnt und nun schreitet mit das vordringen der Waldrodungen gegen Westen die Besiedlung in regelmässiger Weise vor sich, nicht aber als ein uniformer Streifen sondern wie eine Spiespitze in Richtung des Zusammenflusses des Paranapanema und Paraná. Hier kann eine wirkliche Pionierfront sowie eine klassische Pionierzone anerkannt werden dessen vorschieben feststellbar ist.

Das Verlaufen der Pionierfront in Paraná kann also nur im Nordteil des Staates, in den neuen Kolonien, im Tal des Xopim und zwischen den Flüssen Ivaí und Piquiri bestimmt werden. In anderen Gebieten, wie z. B. zwischen den Piquiri und Iguaçu hat der Bau einer neuen Fahrstrasse einen raschen Vorstoss der Rodungen verursacht der aber nicht als Nachfolge eine definitive Besetzung des Gebietes brachte. Obwohl längs dieser Landstrasse man hier und da einige Bewohner oder selbst kleine Siedlungen antrifft, erreicht man aber doch wenige Schritte abwärts derselben den dichten Urwald. Dieser wurde bis jetzt noch nicht durch eine regelmässige Pionierfront angegriffen und sei eine solche wirklich vorhanden so muss sie als stationär angesehen werden da in einen halben Jahrhundert sie sich kaum von der Stelle bewegt hat.

Die Untersuchung der Pionierfronts und Pionierzonen in Paraná zeigt die Unmöglichkeit im grössten Teil des Staates eine scharfe Grenze zwischen den kolonisierten und noch kolonierbaren Ländereien festzustellen. Die punkthafte und unregelmässige Kolonisation die in den letzten Jahrzehnten im westen des Staates vorging ist die Ursache davon. Es gab in Wirklichkeit nicht eine regelrechte Front die sich im ganzen vorschob sondern nur unregelmässige Ausstecher. In Ansicht dieses Kolonisationsprozesses ist im fernen Westen von Paraná in Wirklichkeit kaum noch unbewohnter Urwald vorhanden aber die Einwohnerzahl ist ausserordentlich gering und eine geplante Besiedlung muss in Anspruch genommen werden was schon in den neuzeitlichen staatlichen Kolonien und im Norden durch die *Companhia de Terras do Norte do Paraná* mit grossen Erfolg geschieht.

#### RESUMO

Generale, kiam ni pensas pri pionira fronto, ni prezentas al ni iun kontinuan linion, kiu laŭŝajne limigas la ankoraŭ virgajn regionojn kaj la strion, kie la traesploro kaj la loĝatigo estas procesataj.

En la okcidento de Paraná ni ne povas identigi iun klasikan pioniran fronton, ĉar la loĝatigo ne antaŭeniris regule, kiel ondo: kontraŭe ĝi fariĝis per kernoj, ofte izolitaj per dekoj da kilometroj de virgaj teroj. Aliflanke, la senmastraj aŭ privataj teroj, kiuj staras surborde de la ŝoseoj aŭ de la vojoj, estis ofte okupataj provizore de pioniroj enlandulaj aŭ koloniaj, kiuj tie praktikis dum kelka tempo primitivan terkulturon kaj poste enprofundiĝis en la

arbaron Sekve de tio, kvankam en kelkaj punktoj ĝia loĝatigo jam datiĝas de pli ol duono da jarcento, la okcidento de Paraná konservas ankoraŭ certan pioniran karakteron pro la maldenseco de ĝia loĝantaro, la manko de kontakto kun la grandaj centroj kaj la primitivismo, kiu karakterizas la utiligon de la tero age de ĝiaj loĝatigantoj. Tamen ĝi ne povas meriti reale la nomon de pionira zono, escepte ĉe la kolonioj freŝdate starigitaj de la federacia aŭ ŝtata registaroj kun la celo okupi grade kaj definitive la rezervojn de virgaj teroj ankoraŭ ekzistantaj, kaj nur en tiuj kazoj ni povas reale rekonii pionirajn frontojn.

Kontraŭe al tio, kio okazis sur la tria plataĵo sude de la rivero Ivaí, la nordo de la ŝtato restis dum pli da tempo tute neloĝatigita, kaj ĝia loĝatigo estas procesita en neregula maniero: la disnakadoj antaŭeniras grade al okcidento, ne en la formo de unuforma strio, sed kiel lancpinto direktata al la kunfluejo de la riveroj Paranapanema kaj Paraná. Tie ni trovas reale iun pioniran fronton kaj iun klasikan pioniran zonon, kies antaŭeniro estas laŭirebla.

La desegno de la nuna pionira fronto de Paraná do povas esti skizata nur ĉe la nordo de la ŝtato kaj en la freŝdataj koloniaj areoj, en la valo de Xopim kaj inter la riveroj Ivaí kaj Piquiri. En aliaj zonoj, kiaj tiu, kiu estas entenata inter la riveroj Piquiri kaj Iguaçú, la trabato de soseoj aŭ vojetoj estis ofte la rapidan antaŭeniron de la traesploro, sed ĉi tiu ne estis akompanita de efektiva okupado de la grundo. Se laŭlonge de tiuj penetraj vojoj ni trovas ĉi tie kaj tie kelkajn loĝantojn kaj iun malgrandan vilaĝon, je malgranda distanco de ĝiaj bordoj ni tuj atingas la virgan arbaron. Tamen ĉi tiu en la plimulto de la okazoj ne estas penetrata de iu pionira fronto, kiu, se ĝi ekzistas, estas haltanta fronto, kiu mamimulte aŭ neniom progresis dum duonjarcento.

La studo de la pioniraj zonoj kaj frontoj en Paraná nin kondukas al la rekono pri la neebleco starigi n granda parto de la ŝtato iun klaran limon inter la areoj koloniigitaj kaj koloniĝotaj. Tiu fakto estas logika konsekvenco de la tipo de centrigita aŭ spontanea koloniigo, kiu ĝis la lastaj jardekoj regis en la tuta okcidento de la ŝtato. Ne ekzistis pionira fronto antaŭeniranta regule al okcidento, lasanta post si areon traesploritan kaj efektive okupitan. Kaŭze de tiu sistemo de koloniigo estas jam maloftaj en la okcidento de Paraná la reale virgaj teroj, tamen ĝia loĝantaro estas eksterordinare maldensa kaj ĝia koloniigo devas daŭri sur novaj bazoj, kio jam estas realigata ĉe la kolonioj starigitaj de la ŝtata registaro kaj en la nordo de la ŝtato, kie la iniciato de la Companhia de Terras do Norte do Paraná (Kompanio de Teroj en la Nordo de Paraná) havas plenan sukceson.